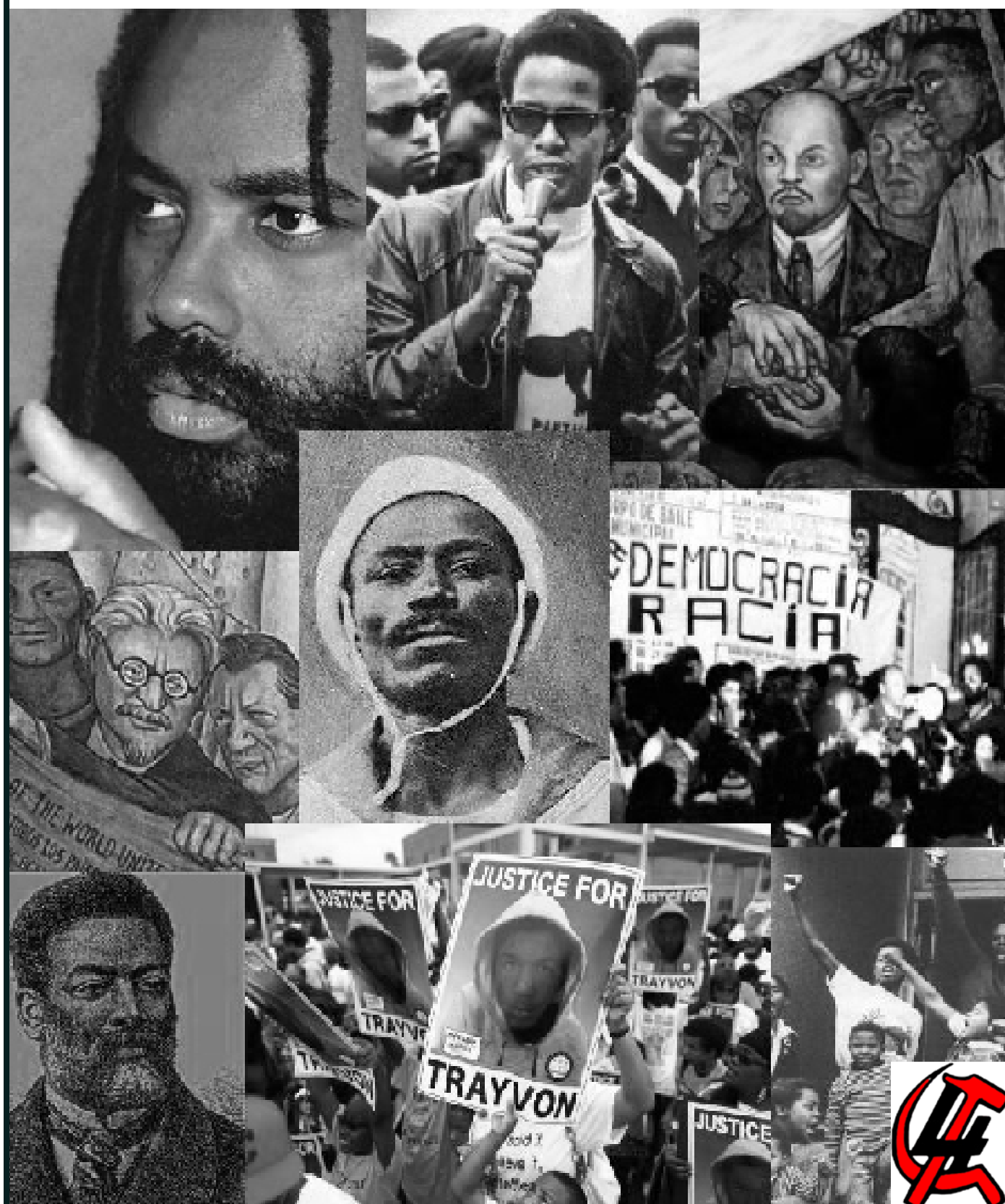


Coletânea Marxismo & Questão Negra

Reagrupamento Revolucionário
Livreto - 2ª ed. Primeiro semestre de 2015



O Marxismo e a questão negra no Brasil

Pela Emancipação dos Negros Através da Revolução Socialista!

Por Leandro Torres, maio de 2012. Originalmente publicado em Reagrupamento Revolucionário nº 03.

Desde a sua gênese o modo de produção capitalista sustenta as mais variadas formas de opressão, que possuem uma expressão para além da exploração direta de uma classe pela outra. Nós as chamamos de *opressões especiais*, que incluem opressões a nacionalidades, às mulheres, a minorias religiosas, às minorias sexuais, a grupos étnicos (“raciais”), etc. – merecendo todas elas a devida atenção dos revolucionários. Cada uma dessas formas de opressão existentes sob o capitalismo possui uma origem histórica e uma dinâmica próprias, e nem todas surgiram na “era do capital”. Mas a sua sobrevivência é um indício de que são reproduzidas ao *nível material*, estando inseridas na lógica do sistema e a ela atendendo.

É imperativo que os marxistas tratem destas opressões, já que a classe trabalhadora não pode jamais defender a si mesma de maneira efetiva sem levar a cabo o combate contra elas, e nem pode liderar uma revolução sem se tornar a protagonista na defesa de todos aqueles oprimidos pelo capitalismo. Em um de seus livros mais conhecidos (“O que Fazer?”), Lenin polemizou contra as correntes “economicistas” entre os socialistas do seu tempo, que tendiam a dar foco somente a questões da luta direta entre capital e trabalho. Neste livro, Lenin insistiu que os revolucionários deveriam ser “tribunos do povo” ao lutar pela liderança da classe na luta contra qualquer manifestação de opressão e injustiça.

Opressão aos negros e a superexploração

Nesse artigo focaremos na opressão aos negros e suas características sob o capitalismo brasileiro. Acreditamos que o racismo no Brasil possui um vínculo profundo com a dinâmica da acumulação de capital em nossa formação social, além de ser uma forma de opressão que afeta ampla camadas da população brasileira. Assim, combatê-lo de forma efetiva possui uma considerável importância estratégica para aqueles interessados na construção do socialismo.

A dinâmica de funcionamento do capitalismo leva naturalmente a uma *tendência à queda da taxa de lucro*. Apesar de tal tendência ser inerente ao funcionamento do sistema, a burguesia realiza uma procura incessante por formas de compensá-la parcialmente, buscando elementos no processo de produção que possam ter seus valores reduzidos, maximizando assim o lucro obtido. Um desses fatores é o salário; constituindo a força de trabalho do proletariado uma mercadoria à disposição da burguesia, esta sofre constantes ataques, diretos e indiretos, como forma de tentar compensar tal queda.

Uma das formas mais tradicionais que a burguesia se utiliza para garantir um “arrocho” permanente dos salários

é manter uma considerável parcela da força de trabalho disponível desempregada, o que é propiciado tanto pela automatização da produção quanto pela manutenção desnecessária, do ponto de vista técnico, de longas jornadas de trabalho para os operários empregados – já que estas poderiam ser melhor divididas entre o conjunto da mão-de-obra disponível. Essa massa de desempregados que ajuda a empurrar os salários para baixo devido ao aumento da competição por postos de trabalho é o que Marx nomeou “exército industrial de reserva”. E basta repararmos: toda vez que os índices de desemprego aumentam, a média salarial cai.

Mas essa medida não é a única saída encontrada pela burguesia. Alguns tipos de opressões especiais também entram no arsenal usado para atacar os trabalhadores, servindo às vezes como um importante pilar de sustentação do sistema. No caso do racismo, assim como de outros tipos de opressão com uma dinâmica similar, a situação à que são submetidos os negros cumpre um duplo papel para a burguesia: permite a *superexploração* de parcelas da classe trabalhadora em termos de salários e condições de trabalho, e cria divisões em seu seio, dificultando assim a unidade de classe na hora das lutas.

Toda e qualquer forma de opressão parte do princípio *ideológico* de que existem diferenças entre os indivíduos

Índice

O marxismo e a questão negra no Brasil - RR (p. 3)

Intervenção de John Reed sobre a Questão Negra nos EUA - 1920 (p. 14)

A Questão Negra - 1922 (p. 16)

A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-americano - 1959 (p. 17)

Por um Trotskismo Negro - 1963 (p. 24)

Construindo a Seção nos EU - 1966 (p. 30)

Opressões específicas - 1987 (p. 31)

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com

Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971
reagrupamento.revolucionario@gmail.com

Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

capazes de hierarquizá-los entre melhores e piores, inferiores e superiores. E na maior parte das vezes essa diferenciação é apontada como permanente, irreversível. Uma distorção da realidade tal como essa é muito útil para justificar a exploração do homem pelo homem, principalmente quando esta assume formas gritantes.

A escravidão é um exemplo clássico, e que muito nos interessa aqui: justificativas pseudocientíficas e também religiosas foram, durante muito tempo, empregadas para legitimar a escravização dos negros africanos (e de outras etnias), permitindo a larga utilização desse tipo de mão-de-obra na exploração das riquezas do “Novo Mundo”. E o legado ideológico e institucional deixado pela escravidão negra é de fato a raiz da opressão a qual estão submetidos os negros brasileiros.

Sob o capitalismo, tais hierarquizações socialmente construídas são muito úteis, pois quando aceitas em larga escala permitem o pagamento de salários menores, o preenchimento de postos de trabalho mais indesejados e a submissão a diversas formas de superexploração, como uma jornada de trabalho maior, piores condições de trabalho, direitos trabalhistas flexibilizados ou mesmo ausentes, etc. Dizemos *superexploração*, pois esses métodos representam uma exploração de tipo especial, que não é aplicada a toda a classe trabalhadora, mas sim a parcelas específicas dela, e sempre com maior intensidade.

Essa superexploração, quando assume proporções amplas, de caráter regional ou mesmo nacional, muitas vezes acaba por criar *castas* no proletariado, marcadas economicamente por tal condição de superexploração e identificadas enquanto grupo específico a partir das ideologias opressivas que legitimam tal exploração mais intensa. Os membros dessas castas são muitas vezes tratados como “cidadãos de segunda classe”, o que faz com que tenham demandas para além daquelas condicionadas à sua situação de classe econômica, derivadas da combinação da segregação material com a opressão a que são sistematicamente submetidos.

É importante ressaltar que as opressões não afetam apenas o proletariado, atingindo também parcelas da burguesia e pequeno-burguesia. Entretanto, seu efeito sobre estas classes é diferenciado, uma vez que suas condições sociais e posições dentro do sistema de produção fazem com que o impacto *material* das opressões seja bastante atenuado.

Outra enorme utilidade que as opressões apresentam ao sistema capitalista é o enfraquecimento do proletariado enquanto classe. Pois as ideologias que justificam perante o conjunto da sociedade a superexploração de determinadas parcelas da classe trabalhadora também afetam os próprios trabalhadores, fazendo com que estes se *dividam* e se envolvam em conflitos entre si. É comum, por exemplo, encontrarmos trabalhadores machistas, racistas, xenófobos, etc. — posturas ideológicas que impedem que os trabalhadores se reconheçam enquanto um grupo específico com interesses estratégicos em comum, ou seja, de atingirem a necessária *consciência de classe*. E além

de impedir uma união de todos estes enquanto classe, nos momentos de maior estabilidade econômica isto também contribui para manter os trabalhadores mais oprimidos em um estado de passividade, gerado pelo sentimento de fragilidade e de isolamento do restante da classe.

Os números do racismo brasileiro

A situação de opressão especial a qual estão submetidos os negros brasileiros fica evidente ao analisarmos a sua atual condição social em comparação ao restante da população. Os negros constituem 55,2% da população masculina do país e 49,7% da feminina [*]. Significativamente, 33,2% da população negra encontra-se abaixo do que se considera a “linha da pobreza”, enquanto para não-negros os números caem para menos da metade, 14,5% [1]. Os negros são maioria nas categorias mais precarizadas e com menores salários, sendo evidente que são as principais vítimas da *terceirização*, uma das faces mais agudas da precarização do trabalho: na cidade de Belo Horizonte, por exemplo, 4,6% dos negros atuam como trabalhadores terceirizados, enquanto entre os não-negros o número cai para 2,7%. [2]

Uma pesquisa publicada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 2007 aponta que o número de negros cursando o ensino superior no país chega a ser cinco vezes menor do que o número de não-negros (caso de São Paulo). No que tange o desemprego, na cidade onde a diferença é maior (Porto Alegre), ela chega a 46%, sendo ainda significativa onde a mesma é menor (Recife): 17% a mais de negros desempregados.

Outros dados do mundo do trabalho são tão significativos quanto: a vulnerabilidade no mercado de trabalho (classificada como “assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos que trabalham para o público, trabalhadores familiares não remunerados e empregados domésticos”) chega a ser 50,8% maior entre as mulheres negras se comparada aos homens não-negros (Recife). A jornada de trabalho e os salários também comprovam uma nítida desigualdade racista imposta ao proletariado brasileiro: a diferença de horas trabalhadas é maior para negros em todas as metrópoles analisadas pelo DIEESE, chegando a ter uma diferença de 4 horas em Recife.

Já no que diz respeito aos salários, os negros chegam a receber em média 52,9% do salário de um trabalhador não-negro (Salvador), diferença que vai para alarmantes 37,6% se cruzados com dados de sexo — sendo esta a porcentagem que recebe uma trabalhadora negra do salário de um trabalhador não-negro). [3] Dados do IPEA, baseados em pesquisas do IBGE apontam ainda que, se a diferença entre salários de negros e não-negros diminuiu entre 1993 e 2006 foi porque o salário dos últimos *diminuiu*, e não porque o salário dos negros aumentou!

Também é possível verificar essa forte opressão em aspectos não-econômicos, como a repressão policial. Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo relatou que 51% dos

negros declararam já ter sofrido discriminação por parte da polícia, enquanto entre os que se declararam da cor branca, branca esse número cai para 15%. [4] Da mesma forma também os assassinatos pela polícia são muito maiores entre os negros: de acordo com estudo do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no estado do Rio de Janeiro, onde os que se declaram “pretos” são 11,1% da população, eles totalizam 32,4% de todos os assassinatos cometidos pela polícia. [5]

Os dados aqui apresentados, ainda que não deem conta de todos os aspectos materiais do racismo brasileiro, são suficientes para deixar claras as gritantes desigualdades racistas impostas aos trabalhadores e trabalhadoras negros. Eles são suficientes para derrubar por terra o mito do “Brasil Potência” com cada vez menos desigualdade social que o PT e seus aliados de governo vêm promovendo desde os mandatos de Lula: o *slogan* “Brasil Para Todos” não passa de mais uma ilusão criada pelos poderosos.

Esses dados demonstram como o racismo é um dos pilares de sustentação do capitalismo brasileiro, pois sem a superexploração engendrada por ele as taxas de lucro da burguesia nacional seriam drasticamente alteradas, bem como aquelas das diversas burguesias imperialistas estrangeiras que se dominam no país via suas multinacionais. Da mesma forma, o *machismo* cumpre papel equivalente, o que fica claro pelos dados cruzados de cor e sexo que apresentamos, sendo sem dúvidas as *mulheres negras* o setor mais explorado do proletariado brasileiro.

O racismo enquanto ideologia

Logo, as opressões especiais são um verdadeiro trunfo para a burguesia, funcionando como um óleo lubrificante que faz as engrenagens defeituosas de seu sistema funcionarem um pouco melhor por certo tempo, prolongando assim sua existência. Por esse motivo o capitalismo, enquanto sistema, permitiu a continuidade de ideologias opressivas anteriores a ele (como o *machismo* e tantos outros tipos de preconceitos) e também gerou novas formas de opressão, como o próprio *racismo*, produto da época capitalista. O trotskista norte-americano Richard Fraser, cujos trabalhos constituem um elemento chave para a nossa compreensão teórica da opressão contra os negros apontou que:

“As revoluções [burguesas] na Grã-Bretanha, Estados Unidos e França lançaram fora o véu da religião de cima do conhecimento e iniciaram uma época de ciência e racionalismo. As relações sociais não poderiam mais ser explicadas com referências a Deus. Então uma falsa explicação ‘científica’ das relações sociais escravistas nasceu para justifica-las. Esta é a verdadeira origem da ciência da antropologia biológica.”

“A própria escravidão [nos EUA] foi derrubada na

Guerra Civil e na Reconstrução. Mas as necessidades dos capitalistas norte-americanos por trabalho agrícola compulsório no Sul permaneceu. Um novo modo de funcionamento semi-capitalista da agricultura cresceu, no qual a condição semiescrava dos negros libertos foi tornada permanente com o restabelecimento de relações sociais típicas da escravidão: discriminação com base na cor reforçada pela segregação e preconceito de raça.”

“Raça se tornou então um fetiche do capitalismo norte-americano, um sistema especial de exploração baseado nas relações sociais e costumes de um modo de produção prévio, que tinha sido em si próprio uma abominação para a sociedade. Retirada a justificação científica, o que resta da *raça*? Raça é uma relação entre pessoas baseada nas necessidades da exploração capitalista. O conceito de raça na antropologia nasceu das relações sociais da escravidão. Ele foi mantido pela adaptação dessas relações sociais obsoletas às necessidades da produção capitalista.”

A luta dos negros e a revolução proletária, Richard Fraser. Disponível em:

<http://www.marxists.org/history/etol/document/icl-spartacists/prs3-fraser/08negrostruggle.html>

Hoje crenças explícitas a respeito de inferioridade racial ligada a argumentos pseudocientíficos são amplamente consideradas descreditadas por todos, com exceção dos mais reacionários. A maioria daqueles que possuem as formas mais típicas de preconceito racial normalmente se referem a outras justificativas para suas crenças e frequentemente negam ter preconceitos. Assim, a opressão contra os negros permaneceu sob o capitalismo nos países que saíram da escravidão, mesmo que a justificativa ideológica inicial não seja mais comumente aceita.

Essa permanência se explica, antes de tudo, pelo fato de mitos sobre inferioridade racial terem sido profundamente inseridos na cultura popular e na consciência da sociedade de muitas formas. E se não é mais socialmente aceitável para a maior parte dos políticos, da mídia e da educação burguesa sustentar *abertamente* o racismo simplesmente com base na cor da pele, na sua tentativa, por exemplo, de encontrar bodes expiatórios para a violência provocada pelo capitalismo, surgiram mil e uma justificativas para culpar ou associar os negros com a criminalidade, como forma de tentar justificar a brutalidade policial conhecida por todos.

Nogeral, ao abandonar seu invólucro pseudocientífico, o racismo assumiu uma expressão diferente. O racismo adaptou-se como uma ideologia burguesa para a legitimação da condição social pauperizada em termos de renda, moradia e condições de vida de grande parte da população negra, associando a cor da pele com atitudes de ignorância, “malandragem” ou preguiça e degradação moral de forma

geral. Os capitalistas buscam justificar mazelas que são inerentes ao capitalismo, como o desemprego, apontando como causa a “falta de interesse” que eles projetam sobre o componente mais segregado e oprimido do proletariado.

Precedentes históricos do racismo no Brasil

O peso do racismo na atual realidade brasileira deriva em grande parte do passado da nossa formação social, que em determinado momento de sua época colonial passou a ter em escravos negros trazidos da África a sua principal fonte de mão-de-obra. Esse passado colonial e escravista é extremamente complexo e merece uma análise à parte. Entretanto, podemos afirmar que a atual situação dos negros em nossa sociedade está fortemente ligada à maneira como a escravidão chegou ao fim.

A escravidão não terminou como resultado de uma revolução completa, marcada pela ascensão ao poder de setores populares ou dos próprios escravos. Enquanto alguns destes setores, como a pequeno-burguesia urbana abolicionista e também os escravos (principalmente através do método de fugas) prestaram um papel na luta contra o sistema escravista, a transição para o capitalismo industrial não foi fruto da derrubada dos grandes proprietários de terras. Apenas no começo do século XX essas elites agrárias, de forma gradual e compactuada, passaram a repartir o poder com uma incipiente burguesia industrial brasileira que ainda estava a se desenvolver enquanto classe.

Os escravos que fugiam para quilombos ou mesmo para cidades distantes dos seus senhores afetavam apenas parcialmente o sistema de produção vigente, ao libertar sua própria força de trabalho. Assim, mesmo quando a escravidão deixou de existir em larga escala, o poder político e econômico dos antigos proprietários de terra se manteve, por ter se mantido a sua propriedade. A emancipação *parcial e incompleta* dos negros gerou uma contradição que permitiu que estes continuassem na condição de explorados por uma classe dominante branca e proprietária de terras – a mesma classe que tanto difundiu a ideologia racista para justificar a escravidão.

A realidade do negro no campo após a escravidão assumiu diferentes formas, desde o trabalho assalariado até a obtenção de pequenas propriedades para plantio e subsistência. Nos centros urbanos, impedidos pela ideologia racista e pela falta de qualificação técnica de ocuparem diferentes postos de trabalho, muitos foram empurrados aos trabalhos pior pagos e com as mais árduas condições. Isso ainda se intensificou em algumas cidades onde o trabalhador imigrante europeu recebia a preferência, como São Paulo. E apesar de muitas transformações sociais desde então, essa condição de segregação sistemática dos negros se faz extremamente presente até hoje.

O integracionismo reformista

Ficando evidente a presença e intensidade do

racismo na sociedade brasileira e a segregação a ele ligada, cabe discutir a melhor estratégia para superar tal situação. Uma das propostas mais fortes hoje nos movimentos sociais é aquela defendida pelas correntes majoritárias do PT e pelo PCdoB, e que tem como pano de fundo a busca por melhorias para os negros por dentro do Estado e em colaboração com a burguesia brasileira.

Esse tipo de programa é o que nós marxistas caracterizamos enquanto um *integracionismo reformista*, uma estratégia que lida com a questão negra sob a perspectiva de uma *integração gradual* dos negros às “condições plenas de cidadania”, ou seja, a busca da igualdade a longo prazo, com bastante paciência e negociação entre as classes e, claro, nos limites do capitalismo. E assim como o PT e o PCdoB, historicamente as organizações reformistas do movimento negro brasileiro têm reivindicado essa mesma estratégia, conscientemente ou não.

A estratégia do integracionismo reformista, além de não ter conseguido nenhum avanço significativo após quase 10 anos de governo do PT, demonstrou seu fracasso quando um “Estatuto da Igualdade Racial” foi posto em discussão no Senado, espaço dominado pela burguesia e seus partidos. As poucas demandas minimamente significativas do projeto, que em si já eram totalmente ineficazes, foram rejeitadas durante o debate. [6] Isso foi mais uma demonstração clara de que a burguesia brasileira tem um interesse objetivo na manutenção do racismo, algo que o PT e PCdoB se recusam a reconhecer. Enquanto isso, estes partidos continuam trabalhando para sustentar o sistema que mantém os negros nas condições de superexploração e de repressão policial intensa.

Para além desses dois partidos, uma das principais organizações do movimento negro e que não rompe com os marcos do capitalismo é o **Movimento Negro Unificado (MNU)**, ainda que este tradicionalmente tenha adotado táticas e reivindicações mais radicais e que denuncie a farsa que é a política do governo do PT para a questão negra. O MNU não busca alianças políticas abertas com a burguesia brasileira, mas afirma que uma solução progressiva para os negros é possível sem uma ruptura revolucionária com o modo de produção capitalista:

“A militância do MNU entende que após o I CONAPIR [Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, convocada e realizada pelo governo Lula em 2009], quase nada das demandas dos negros de todo o Brasil foi implementado; Que negras e negros devem se manifestar pela cobrança ao governo, do porque do não avanço de questões emergenciais como: A titulação das terras quilombolas, da lei 10.639; Na proteção da vida de nossa população e nossos jovens; No combate aos crimes religiosos; Nas garantias da mais ampla dignidade e cidadania, com investimentos do governo que proporcionem conforto às populações negras, indígenas e pobres (...)”.

“O MNU, em seu XVI Congresso Nacional, decidiu que não é contra a ideia de um Estatuto da Igualdade, mas, CONTRA O TEXTO ATUAL, entendendo que o **Estatuto da Igualdade Racial** deve ser retirado da pauta do Congresso Nacional, até que, após ampla discussão por negros e negras de todo o Brasil, um novo projeto possa ser apresentado, definindo e unificando a posição da entidade nacionalmente, sobre o tema.”

XVI Congresso Nacional do MNU, disponível em:

<http://mnu.blogspot.com/2009/07/xvi-congresso-nacional-do-mnu-delibera.html>

Os limites do MNU estão no fato de que ele não busca uma intervenção protagonizada pela classe trabalhadora brasileira, a única com o peso e posição social para combater os capitalistas com sucesso. O movimento se propõe a criar uma “organização política negra” sem distinção de classe, obscurecendo o fato de que o racismo é uma necessidade do capitalismo brasileiro e que, portanto, só pode ser superado com uma revolução que derrube a burguesia brasileira.

As estratégias reformistas para a questão negra, em todas as suas variantes, só fariam sentido se o racismo no Brasil não possuísse um *caráter estrutural* enraizado no capitalismo, e se as desigualdades que hoje existem fossem apenas resquícios do período escravista. Ou seja, o integracionismo reformista não ataca diretamente a classe, o Estado e o sistema econômico que reproduzem e mantêm vivo o racismo.

Altos e baixos do movimento negro brasileiro

A primeira organização de peso que propôs organizar a população negra no país, a **Frente Negra Brasileira (FNB)**, foi fundada em São Paulo 1931. Defendendo medidas que trouxessem igualdade de direitos entre negros e brancos, a FNB constantemente vacilava entre uma organização assistencialista, baseada na promoção de atividades culturais e esportivas, e uma organização de reivindicações por dentro da “ordem”. Transformada em partido em 1933, a FNB foi proibida em 1937 junto aos outros agrupamentos partidários com o endurecimento do regime Vargas. Como demonstra o relato de um de seus antigos membros, sua existência cumpriu um papel positivo na organização e tomada de consciência por parte da população negra:

“Existiam diversas entidades negras [em São Paulo]. Todas essas entidades cuidavam da parte recreativa e social, mas a Frente veio com um programa de luta para conquistar posições para o negro em todos os setores da vida brasileira. Um dos seus departamentos, inclusive, enveredou pela questão política, porque nós chegamos à conclusão de que, para conquistar o que desejávamos, tínhamos de

lutar no campo político, tínhamos de ter um partido que verdadeiramente nos representasse.”

Trecho extraído do depoimento de Francisco Lucrécio para o livro *Frente Negra Brasileira*. Disponível em

<http://www.quilombhoje.com.br/frentenegra/franciscolucrecio.htm>.

Porém, colocadas fora dos *marcos de classe*, essas reivindicações por igualdade esbarram em muitas limitações, pois são niveladas segundo os interesses das camadas mais favorecidas dos negros, cujas demandas são mais facilmente assimiladas pelo sistema. E esse foi o caso marcante da FNB, dominada por pequenos proprietários e com forte cunho filantrópico.

Já as características mais radicais do MNU têm origem no próprio contexto no qual o movimento surgiu. O MNU foi fundado em julho de 1978, após dois eventos que polarizaram a sociedade paulista por terem sido casos flagrantes de racismo, sendo um deles um ato de violência policial que terminou na morte de um homem negro. Dessa polarização resultou uma passeata que contou com milhares de manifestantes, realizada em plena ditadura e tendo como centro de suas demandas o fim da violência policial. O MNU teve nos seus primeiros anos de vida uma popularidade explosiva e foi um dos principais organizadores da passeata de dezenas de milhares de pessoas contra o racismo realizada no 13 de maio de 1988, marco de 100 anos do fim da escravidão, em São Paulo.

No longo intervalo entre a extinção da FNB e o surgimento do MNU, o movimento negro sofreu um claro recuo, praticamente se limitando a iniciativas de cunho cultural ou assistencialista, como o conhecido Teatro Experimental do Negro, criado no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento (1944) ou a Associação Cultural do Negro (1954), situada em São Paulo. O MNU, portanto, pode ser visto como resultado explosivo do acúmulo de diversas contradições às quais a população negra vinha sendo submetida, sem ter uma alternativa organizada para canalizar suas demandas. [7]

Com a atual perda de influência do MNU e suas próprias limitações programáticas, ainda hoje permanece ausente um instrumento desse tipo, capaz de atrair e organizar os negros em larga escala com um programa proletário e revolucionário. Essa ausência acaba dando origem às mais diversas formas de pequenos agrupamentos de cunho cultural, que têm como foco a afirmação da identidade negra contra o monopólio cultural imposto historicamente pelo racismo da imprensa e dos meios de comunicação e educação burgueses – o que representa uma postura defensiva frente à atual segregação sistemática e muitas vezes sem uma perspectiva política de luta pela igualdade para os negros.

Trotskismo e a questão negra

Diferente do MNU, nós não acreditamos que a

população negra pode algum dia obter igualdade sob o capitalismo. Nós defendemos e participamos em todas as lutas parciais contra as opressões que podem obter conquistas dentro do atual sistema social. Tais ações podem gerar algumas conquistas imediatas para a população negra, e não diminuimos a importância destas. Porém, como já deixamos claro, encaramos que o racismo é uma opressão reproduzida pelo capitalismo brasileiro, o que impõe barreiras estruturais à emancipação dos negros sob tal modo de produção. Uma estratégia que se mantenha nos marcos do sistema, sem propor sua superação revolucionária, será incapaz de atingir a plena emancipação da população negra.

Desde cedo os comunistas entenderam o peso que as opressões especiais possuem na luta revolucionária. As camadas superexploradas do proletariado, devido às suas condições materiais pauperizadas, são mais propensas à radicalização do que aqueles setores com melhores salários e condições de trabalho, principalmente em tempos de crise, quando são as mais afetadas. Assim, organizar tais setores é fundamental, pois os mesmos não raro cumprirão um papel de vanguarda, potencializando enormemente as lutas anticapitalistas. Como já dissemos, as opressões dividem a classe e, portanto, sem combatê-las no dia a dia os revolucionários dificilmente serão capazes de transformar teoria em prática e tornar possível a união dos trabalhadores num interesse comum de derrubar o capitalismo e estabelecer o seu poder de classe. Como Leon Trotsky comentou certa vez debatendo com dirigentes da seção norte-americana da Quarta Internacional, o SWP:

“Nós devemos dizer aos elementos conscientes dos negros que eles estão convocados pelo desenvolvimento histórico para se tornar a vanguarda da classe trabalhadora. O que funciona como freio para as camadas mais elevadas? São os privilégios, a comodidade que as impedem de se tornarem revolucionárias. Isto não existe para os negros. O que pode transformar um determinado estrato social, e torná-lo mais imbuído de coragem e sacrifício? Encontra-se concentrado entre os negros. Se acontece de nós do SWP não estarmos aptos a encontrar o caminho para este estrato, então nós não somos capazes de nada. A Revolução Permanente e todo o resto seriam apenas uma mentira. (...) É uma questão vital para o partido. É uma questão importante. É uma questão que determina se o partido está para se transformar em uma seita ou se é capaz de encontrar seu caminho até a porção mais oprimida da classe trabalhadora.”

Planos para a organização do negro, abril de 1939.

Disponível em:

<http://www.pco.org.br/biblioteca/negro/plano.htm>

Como podemos ver, a questão negra foi muito importante para o SWP, principal seção da Quarta Internacional até que esta foi destruída pelo revisionismo pablista [8]. Encaramos que a questão do negro tem um

peso ainda maior na luta pelo socialismo no Brasil. Não é uma exclusividade do trotskismo, entretanto, buscar organizar os negros. Como dissemos, desde cedo os comunistas entenderam a importância de combater as opressões especiais e de buscar com afincos organizar os setores superexplorados do proletariado. O relato de James P. Cannon, veterano da Internacional Comunista, que rompeu em 1928 para se unir ao movimento pela Quarta Internacional nos Estados Unidos, deixa isso claro:

“(...) Ainda antes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, Lenin e os bolcheviques se distinguiam de todas as outras tendências no movimento socialista e operário internacional por sua preocupação com os problemas das nações e minorias nacionais oprimidas, e seu apoio positivo às lutas destas pela liberdade, a independência e o direito da autodeterminação. Os bolcheviques davam este apoio a toda a ‘gente sem igualdade de direitos’, de uma forma sincera e honesta, mas não havia nada ‘filantrópico’ nesta posição. Reconheciam também o grande potencial revolucionário na situação dos povos e nações oprimidos, e os viam como aliados importantes da classe operária internacional na luta revolucionária contra o capitalismo.”

A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-americano, James P. Cannon, 1959. Disponível em:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com/2011/09/james-cannon-sobre-o-movimento-negro.html>

Os Bolcheviques buscaram passar essas lições adiante através da Terceira Internacional, e foi assim que a questão negra passou a ser considerada como um aspecto relevante da revolução dentro do movimento comunista. Em outro trecho do mesmo texto, Cannon comenta:

“As principais discussões sobre a questão do negro ocorreram em Moscou, e a nova forma de ver a questão foi elaborada lá. Já no Segundo Congresso da Comintern (Internacional Comunista), em 1920, ‘Os Negros na América’ foi um ponto na ordem do dia e uma discussão preliminar sobre esta questão foi levada a cabo. As investigações históricas comprovarão decisivamente que a política do PC sobre a questão do negro recebeu seu primeiro impulso de Moscou, e também que todas as seguintes elaborações desta política, incluindo a adoção da palavra-de-ordem de ‘autodeterminação’ em 1928, vieram de Moscou.”

“(...) Os comunistas norte-americanos dos primeiros anos, sob a influência e pressão dos russos na Comintern, estavam aprendendo lenta e dolorosamente a mudar sua *atitude* [de não ver na questão negra nada que merecesse uma atenção especial, para além do programa revolucionário do proletariado em geral]; a assimilar a nova teoria da

questão negra como uma questão *especial* de gente duplamente explorada e posta na situação de cidadãos de segunda classe, o que requeria um programa de reivindicações especiais como parte do programa geral – e a começar a fazer algo sobre esta questão.”

Idem (ênfase nossa).

Como aponta a resolução *A Questão Negra*, aprovada no IV Congresso da Internacional Comunista em 1922 [9], os comunistas compreenderam a potencialidade revolucionária dos negros oprimidos dos Estados Unidos e a necessidade estratégica de organizá-los e prestar atenção às suas demandas específicas. Apesar disso, cometeram um erro teórico que só veio a ser corrigido pela vanguarda revolucionária décadas depois: considerar os negros dos EUA uma *nação oprimida*. Essa consideração teórica levou à defesa da emancipação negra como se fosse uma questão nacional, uma perspectiva que não se adequou às necessidades dos negros em luta e, mais tarde (1928), já no período stalinista, assumiu a forma de *demanda pela autodeterminação*, que é o direito de formar um Estado negro independente em separado.

Esse erro foi fruto da generalização para a realidade norte-americana da experiência das nações oprimidas pelo Império Czarista russo. Como o movimento socialista anterior ao surgimento do PC/EUA no geral não dava atenção à opressão racista enquanto uma questão que merecia atenção especial, a iniciativa em lidar com tal assunto partiu da liderança internacional localizada em Moscou, com pouca contribuição dos próprios militantes norte-americanos.

O que a opressão racista aos negros tinha em comum com a opressão nacional era que, assim como todas as outras formas de opressões especiais, ela não podia ser reduzida puramente à questão de classe. Tanto os negros norte-americanos quanto as nacionalidades oprimidas pelo czarismo sofriam com desigualdades chauvinistas. O problema-chave, entretanto, é que estas formas de desigualdade possuem origens e dinâmicas bastante diferentes.

Os diversos agrupamentos nacionais sob o czarismo, tais como os ucranianos e poloneses, foram oprimidos devido à sua *incorporação forçada* ao território russo, e à subsequente tentativa de assimilá-los forçosamente através da supressão de sua língua, cultura, etc. Daí o caráter nacional da sua luta, que é a luta contra a “russificação” forçada – para o que a demanda pelo direito de autodeterminação foi central. Mas os revolucionários defenderam o direito das nações oprimidas de realizarem sua escolha, sem necessariamente defender um ponto de vista pró-separação. E, ao mesmo tempo em que se opuseram à opressão nacional, também se opuseram ao nacionalismo, entendendo-o enquanto uma ideologia burguesa e visando derrotá-lo na disputa pela liderança das lutas contra a opressão nacional.

Já a opressão racista aos negros, por outro lado, parte do oposto da tentativa de assimilação forçada à

sociedade. A opressão aos negros se assemelhava mais à opressão dos judeus sob o czarismo, que Lenin descreveu como uma “segregação forçada em guetos”, ou seja, a tentativa de *segregar* ao invés de assimilar à força. A luta contra as várias faces dessa forma mais específica de opressão significou, para a maioria da população negra, a adoção de demandas por *plena igualdade*, e não por *separação nacional*. Este é o motivo de, mesmo possuindo certa identidade própria comum devido à sua situação de “cidadãos de segunda classe”, os negros norte-americanos (e brasileiros) não se identificarem através de marcos de nacionalidade e não levantarem a demanda por um Estado separado. Conforme Cannon notou:

“(…) A expansão da influência comunista [stalinista] dentro do movimento negro durante os anos 30 ocorreu apesar do fato de que *uma* das novas palavras-de-ordem impostas ao partido pela Comintern nunca pareceu adequar-se à situação real. Esta foi a palavra-de-ordem da ‘autodeterminação’, sobre a qual se fez o maior alvoroço e se escreveu o maior número de teses e resoluções, sendo inclusive apregoada como a palavra-de-ordem principal. A palavra-de-ordem da ‘autodeterminação’ teve pouca ou nenhuma aceitação na comunidade negra. Depois do colapso do movimento separatista dirigido por Garvey [10], *a tendência dos negros foi principalmente em direção à integração racial, com igualdade de direitos.*”

Idem (ênfase nossa).

No geral, o SWP manteve as análises *teóricas* da Internacional Comunista sobre a questão negra, porém se adaptou melhor às demandas concretas da população negra norte-americana, respondendo a elas com um programa revolucionário mais adequado. A posição da Quarta Internacional sobre a questão específica da autodeterminação foi certa vez definida por Trotsky como “a escolha é deles”. Ou seja, o partido deveria lutar pela igualdade de direitos e condições, combatendo a opressão e unindo os trabalhadores negros e brancos na luta pelo socialismo, e ao mesmo tempo estar disposto a apoiar a autodeterminação *apenas* se as lutas dos negros estivessem direcionadas a este objetivo, sem, entretanto, tornar essa uma palavra de ordem do partido, como um carro chefe de sua política para os negros:

“Não proponho ao partido que advogue, não proponho introduzir, mas somente proclamar nossa obrigação de apoiar a luta pela autodeterminação se os negros a quiserem. Esta não é uma questão dos nossos camaradas negros. É uma questão de treze ou quatorze milhões de negros. A maioria deles é muito atrasada. Eles não estão muito esclarecidos quanto ao que querem agora, e devemos dar-lhes um crédito para o futuro. Eles decidirão.”

Autodeterminação para os negros americanos, abril de 1939. Disponível em:

<http://www.pco.org.br/biblioteca/negro/autodeterminacao.htm>

Uma resolução aprovada pelo SWP alguns meses depois da contribuição de Trotsky acima citada reafirma essa posição:

“O SWP, ainda que proclamando sua disposição em apoiar o direito de autodeterminação em toda sua extensão, não irá, ele mesmo, no presente estágio, levantar a demanda de um Estado negro como faz o Partido Comunista dos EUA. A defesa do *direito à autodeterminação* não significa propor a *palavra de ordem de autodeterminação*. Autodeterminação para os negros significa que os próprios negros devem determinar seu próprio futuro.”

O Direito à Autodeterminação e o Negro nos Estados Unidos da América, C.L.R. James, 11 de julho de 1939. Resoluções da Convenção de Nova York do SWP. Ênfase nossa. Disponível (em inglês) em:

<http://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/07/self-determination.htm>

No espírito das lições tomadas da Revolução Russa, a mesma convenção que aprovou tal resolução, aprovou também um documento que encara os negros como a vanguarda da revolução socialista nos EUA. Esse outro documento, também escrito por C.L.R. James, afirma que os negros “estão designados por todo o seu passado histórico a ser, sob a devida liderança, a verdadeira vanguarda da revolução proletária” (*O SWP e o Trabalho Negro*).

Mesmo com a fraqueza *teórica* do SWP e da Quarta Internacional como um todo face à situação da população negra norte-americana, essas resoluções apontam em si um potencial para *reconhecer tal fraqueza*, ao declarar que a questão será decidida pelo próprio desenvolvimento do movimento negro, e sua *capacidade de se ligar à dinâmica das lutas da classe trabalhadora*, entendendo que a principal demanda dos negros era a de integração via igualdade de direitos e condições. Portanto, diferente do PC/EUA então já dominado pela degeneração stalinista, os trotskistas norte-americanos souberam lidar com a realidade com que se deparavam levando em conta sua complexidade, sem recorrer assim a dogmatismos.

Mais tarde, na década de 1950, o desenvolvimento da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos mostrou de maneira clara que a vontade dos negros norte-americanos, o seu objetivo no atual período histórico, é uma integração plena através da igualdade de direitos sociais e democráticos. Foi **Richard Fraser (Kirk)**, um quadro do SWP, quem realizou à época diversos estudos sobre a condição dos negros nos EUA e concluiu que estes não poderiam ser considerados nas atuais condições uma nacionalidade oprimida.

Os estudos de Fraser foram absorvidos pela então

Tendência Revolucionária do SWP, que veio a dar origem à **Liga Espartaquista (SL)** após ter sido expulsa do partido em 1963. Essa expulsão foi resultado do seu acertado combate à adaptação deste partido às forças não-proletárias do movimento (pablismo), inclusive à liderança reformista do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos. Citamos a seguir o documento fundamental da Tendência Revolucionária do SWP sobre a questão negra:

“(...) Kirk interpretou a questão negra como uma questão *racial* que, sob condições de catástrofe histórica (por exemplo, a vitória do fascismo) poderia se transformar numa questão nacional. Portanto, ele concordava com o apoio à autodeterminação se ela se tornasse uma exigência na luta dos negros, mas ele assumia que isso só poderia surgir sob condições vastamente alteradas. (...)”

“(...) Nós concordamos [com a posição de Kirk] ao notar a *ausência* entre a população negra daquelas qualidades que poderiam criar uma economia política separada, ainda que embrionária ou atrofiada. Essa ausência explica porque o impulso de massa pela liberdade do negro por mais de cem anos tem sido na direção de esmagar as barreiras para uma integração igualitária e plena. Mas integração em que tipo de estrutura social? Obviamente apenas em uma que possa sustentar essa integração. Essa é a contribuição recíproca poderosa da luta dos negros para a luta de classes em geral.”

Por um Trotskismo Negro, documento interno da Tendência Revolucionária do SWP, julho de 1963. Disponível em:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/12/por-um-trotskismo-negro.html>

Daí vem o legado teórico que defendemos, desenvolvido posteriormente pela Liga Espartaquista, bem como os princípios programáticos dele derivados e que se aplicam à realidade brasileira pela forma *equivalente* que a questão negra assume em nosso país.

LER-QI: os negros brasileiros são uma nação oprimida?¹

A Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), seção brasileira da Fração Trotskista, é um dos grupos na esquerda que tem

[1] Pouco depois de termos publicado esse texto, a LER-QI organizou discussões internas para reavaliar sua posição sobre a questão negra no Brasil. Não sabemos se nossa polêmica influiu de alguma forma, mas fato é que desde então houve uma clara mudança em sua linha pública sobre o assunto, que não mais trata os negros brasileiros como uma nação oprimida e se encontra hoje muito mais próxima do que defendemos aqui (ver *Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil*, coletânea publicada pela LER-QI em 2013 como fruto de tais discussões). Cabe notar também que essa mudança não acompanhou uma autocritica pública da posição anterior, o que teria sido o mais honesto a se fazer.

recentemente realizado esforços buscando compreender melhor e atuar sobre a questão negra no Brasil. Em um pequeno texto de maio de 2009, intitulado *121 anos depois da abolição*, esse grupo afirma corretamente a necessidade de combater o capitalismo como única forma de atingir a completa emancipação dos negros no Brasil:

“O combate ao racismo (...) só pode se dar num enfrentamento direto aos interesses das empresas, ou seja, dos capitalistas. (...) Por isso lutamos para que os trabalhadores tomem, defendam e lutem pelas demandas do povo negro, combatendo o racismo que se expressa na vida material da população negra, além de toda expressão ideológica reproduzida inclusive entre os próprios trabalhadores. (...) O povo negro está convocado a se colocar na linha de frente na luta pela emancipação do nosso povo, que não poderá se conciliar com projetos de humanização da burguesia e do capitalismo.”

121 anos depois da abolição, de maio de 2009.

Disponível em:

<http://www.ler-qi.org/spip.php?article1707>

Apesar de esta ser aparentemente uma perspectiva correta para a questão negra e sua relação com a luta de classes em geral, a posição da LER-QI contém um erro teórico e político grave. Em um artigo publicado em comemoração ao último Dia da Consciência Negra (22 de novembro), a LER-QI explica em maiores detalhes sua análise teórica. Em uma sessão final intitulada “**Opressão nacional e revolução**”, esta declara que os negros constituem uma *nação oprimida* distinta do restante da população brasileira:

“A luta contra a opressão nacional, ou melhor, **a afirmação do povo negro enquanto tal**, como norte da luta, está intimamente ligada à própria luta de classes, não é algo estático.”

(...)

“Em muitos aspectos, o Brasil está mais próximo da África do Sul do que dos Estados Unidos. A população brasileira é de maioria negra e a burguesia é uma casta branca. Hoje, ainda sob os efeitos, cada vez menores, de décadas de reação, **grande parte da população negra não se reconhece enquanto tal.**”

As origens da questão negra e seu papel em nossa revolução, de novembro de 2011. Ênfase nossa. Disponível em:

<http://www.ler-qi.org/spip.php?article3310>

Esta análise contém um profundo equívoco teórico. O mecanismo utilizado pela LER-QI para lidar com a ausência de uma identidade nacional na população negra é afirmar que apesar de supostamente *serem* uma nação, os negros *não teriam consciência disso*. Tal declaração é feita a partir da citação de um texto de Trotsky sobre a África do Sul e o direito das nacionalidades oprimidas

à autodeterminação. Mas o caso da África do Sul, onde os negros eram uma nação oprimida por uma elite branca de origem semiestrangeira é bastante diferente do caso brasileiro.

Para que haja consciência *nacional*, é necessário que uma população atravessasse um processo subjetivo de construção identitária, produzido historicamente. Ela é, portanto, um fenômeno largamente subjetivo. A consciência nacional não uma “essência inata” que certos grupos com algumas características comuns “carregariam consigo” independente de terem consciência disso. Não basta enumerar características comuns a um grupo populacional (como por exemplo, o fato de os negros no Brasil serem “maioria, assim como na África do Sul”) para que se considere, por amálgama, que este grupo constitui uma nação distinta.

Historicamente, a opressão nacional surgiu com base numa população cujo território independente foi subjugado pelo colonialismo de uma potência estrangeira, que passou a buscar assimilar forçosamente a nação oprimida. Este foi o caso dos negros na África do Sul, cuja independência foi suprimida pelo imperialismo europeu. Já a opressão histórica dos negros brasileiros, apesar destes comporem uma maioria da população, se deu de forma bastante diferente.

As raízes históricas dos negros brasileiros são de diferentes povos, que por mais de cem anos foram trazidos, de forma dispersa, a este território por fluxos de transporte de escravos. A maioria da população negra não manteve relações diretas com as nações africanas onde alguns dos seus antepassados viveram. Os escravos trazidos para o território do atual Brasil, por sua vez, não se unificaram em termos identitários e menos ainda se concentraram em um território próprio posteriormente tomado por um Estado estrangeiro, ou seja, não foram vítimas de uma opressão de tipo nacional, mas de uma opressão distinta, associada com a forma com a qual se deu a escravidão.

A atual segregação dos negros brasileiros está baseada no fato de que, após o fim das relações sociais escravistas, os negros foram empurrados aos setores mais explorados e com piores condições da população brasileira. A dinâmica dessa segregação, novamente, não gerou o surgimento de uma consciência nacional. A opressão com base na cor, herdada da escravidão, serviu como arcabouço para a exclusão dos negros de vários dos aspectos da vida social. Por isso, os negros brasileiros, que se concentraram em grande maioria no proletariado, constituíram não uma nação, mas uma *casta racial* mais explorada e oprimida dessa classe.

Não à toa, a luta dos negros contra a sua forma de opressão tem se dado através de demandas por igualdade e contra a sua exclusão de muitos aspectos da sociedade brasileira. Isso, por sua vez, também se refletiu na sua identidade e em suas aspirações políticas, que não foram centradas ao redor da luta por um Estado em separado. Nesse sentido, é muito significativo que o objetivo dos movimentos negros que obtiveram maior apoio de massas nos momentos de

luta, como a FNB e o MNU, ou mesmo experiências como a impulsionada por Abdias do Nascimento, tenham tido um nítido caráter *integracionista* (ainda que a sua limitação ao reformismo impeça esse objetivo de ser alcançado).

Tanto nos momentos de calmaria da luta de classes, assim como nas suas principais explosões, a saída buscada pelos negros brasileiros foi a luta pela integração, que acabou traída pelas direções reformistas e pela ausência de uma estratégia revolucionária. Essas lutas não foram permeadas por um auto-reconhecimento dos negros enquanto um povo, que é o que a LER-QI parece indicar que aconteceria.

Os marxistas não ignoram que a consciência nacional pode surgir de outras formas não convencionais. Porém, isso exigiria uma transformação de proporções históricas na relação dos negros com o restante dos brasileiros, que levasse a uma situação de catástrofe histórica (tal qual a vitória do fascismo) e, conseqüentemente, de desespero ante as possibilidades de no futuro atingir plena igualdade.

Em decorrência de seu erro teórico, a LER-QI formula um programa errado para a questão negra no Brasil. No artigo já citado, afirma-se que “*A autodeterminação do povo negro, sob os métodos da luta de classes, será um dos golpes finais da dominação burguesa.*”. Da mesma forma, no *post* de inauguração do blog do coletivo **Juventude As Ruas**, impulsionado pela LER-QI, é defendida “*a necessidade de intervir na Semana da Consciência Negra defendendo a autodeterminação do povo negro e o combate a repressão do Estado*” (ênfase nossa).

Como vimos, o programa da Quarta Internacional também apresentava uma análise incorreta da situação do negro nos EUA, reivindicando que estes eram uma nação. Porém, esta reconheceu que não fazia sentido levantar a demanda da autodeterminação se não surgisse uma consciência nacional na luta dos negros, e criticou o uso dessa demanda então feita de forma dogmática pelos stalinistas do PC/EUA. Dessa forma, a questão ficava em aberto para que o movimento negro mostrasse a sua natureza nas lutas. Os trotskistas encontrariam, então, a melhor forma de direcionar este movimento a favor das lutas gerais do proletariado e pela revolução socialista.

Já a LER-QI, ao tomar como certo que os negros brasileiros seriam uma nação, tem levantado ativamente a demanda pela autodeterminação, ignorando que ela não corresponde ao sentimento de massa entre os negros nem à sua luta por integração, tornando-se algo artificial. No futuro, isto só poderá levar a uma incompreensão das necessidades de um dos setores mais oprimidos da população e, conseqüentemente, a uma confusão na hora de relacioná-las com as tarefas do proletariado na revolução, pois leva a um *foco incorreto* na luta pela plena integração dos negros à sociedade brasileira.

Mas se faltam aos negros brasileiros todos os fatores históricos para que estes sejam considerados uma nação, o que leva a LER-QI a insistir que eles ainda assim constituem um “povo”? Um trecho do artigo já mencionado nos dá a pista:

“Porém, apesar de importantes críticas à [ideologia da] democracia racial (...) todos os [seus] críticos se adaptam a [seu formulador, Gilberto] Freyre ao não considerarem a questão negra como uma opressão nacional. (...) O próprio Florestan Fernandes (...) não superou a visão segundo a qual o negro faz e sempre [fez] parte [da] ordem brasileira. Em parte essa afirmação é correta, o problema surge quando a unilateralização dessa visão subvaloriza a opressão nacional sofrida pelo povo negro, e atrela mecanicamente, no caso dos reformistas, os destinos do povo negro à melhora do sistema capitalista.”

Idem.

Parece-nos, por esse trecho e pelo artigo como um todo, que a LER-QI não vê alternativa entre considerar os negros uma nacionalidade oprimida e lutar por sua “autodeterminação” ou considera-los “parte da ordem brasileira” e cair no reformismo. De acordo com a LER-QI, considerar os negros como parte da mesma nação que o restante dos brasileiros tenderia necessariamente a cair na ideologia da “democracia racial” e no integracionismo reformista. Ou seja, os companheiros da LER-QI se pautam por uma *lógica binária* e não enxergam a possibilidade da luta por um integracionismo que seja revolucionário, não tendo, assim, encontrado a resposta correta para a questão negra no Brasil.

A luta pelo integracionismo revolucionário

Como explicamos, o fim do racismo no Brasil, a plena integração do negro à sociedade, não é possível sem o fim do capitalismo. Mas esta não é uma relação de mão única: a luta da população negra contra sua forma de opressão também contribuirá para fortalecer a luta de classes do proletariado em geral. Logo, é necessário combinar as demandas da população negra contra a opressão, principalmente seu setor majoritário que se encontra no proletariado, com as demandas objetivas do conjunto da classe trabalhadora e sua luta pelo socialismo. É disso que se trata o **integracionismo revolucionário**.

É necessário que os revolucionários lutem dentro do movimento dos trabalhadores para que os sindicatos defendam os direitos dos negros. Isto não é importante apenas para as massas negras, mas particularmente para os próprios sindicatos e para a classe trabalhadora. A unidade de toda a classe não é simplesmente um princípio moral, mas uma necessidade prática para o movimento proletário.

Mas na medida em que os sindicatos, sob as suas atuais lideranças burocráticas traídas, falham em fazer isto (além de muito da opressão contra os negros não se restringir ao local de trabalho), também é necessário que os revolucionários construam organizações transitórias de luta contra o racismo. Para que os trabalhadores negros se sintam seguros para lutarem em tempos de calmaria,

é necessário que a vanguarda revolucionária combata as opressões no dia a dia de sua atuação, e que levante demandas por igualdade de condições e direitos através de colaterais organizadas dentro do movimento operário e popular, assim como dentro de movimentos negros de massa, para dar conta de tal tarefa.

Essas organizações transitórias, que chamamos de *colaterais*, são frentes politicamente subordinadas ao partido revolucionário e que lutam pelos direitos dos negros, **sob um programa classista e transitório**, aproximando o partido dos elementos mais avançados do proletariado negro que concordem com o programa da colateral. Essas colaterais, para serem capazes de mobilizar os trabalhadores negros, devem lutar pela igualdade não em sentido abstrato, mas nas reivindicações cotidianamente levantadas contra os padrões, governos e também contra burocracias sindicais, com o objetivo final de impor estas demandas através dos métodos de luta da classe trabalhadora.

Elas devem ser organizadas dentro de cada empresa, fábrica, universidade e bairro onde o partido revolucionário possui atuação, para o que é necessário que a questão negra possua sempre papel de destaque na agitação cotidiana. Se não haverá fim do racismo no Brasil sem que haja socialismo, também não existirá revolução sem os trabalhadores e trabalhadoras negras, pois sem eles o partido estará restrito a uma minoria privilegiada da classe e não será capaz de cumprir sua tarefa histórica de organizar o proletariado para a tomada do poder.

Um programa *transitório* para a questão negra é aquele capaz de ligar os problemas enfrentados hoje pelos negros com soluções de caráter profundo, que aja como uma ponte para uma perspectiva anticapitalista, de forma que as porções negras do proletariado atinjam durante as lutas a necessária consciência de classe sobre quais são os seus objetivos, para que rompam com as amarras do reformismo e de outras ideologias burguesas e, conseqüentemente, tomem parte na luta pelo fim do capitalismo.

Nesse sentido, o programa de tais colaterais vai variar de acordo com o local de atuação e a conjuntura vigente, buscando dialogar com as demandas concretas da população negra e do proletariado e tendo por objetivo estratégico criar uma ponte entre estas e a luta pelo socialismo. Ainda assim, existem algumas demandas transitórias que podemos desde já destacar, tendo em vista a realidade dos grandes centros urbanos brasileiros e o caráter mais geral das mesmas, que lidam com alguns dos grandes problemas enfrentados pelos negros brasileiros.

Conforme comentamos, a precarização imposta pela terceirização é uma das formas mais eficientes que a burguesia brasileira tem utilizado para aprofundar a exploração do proletariado, com destaque para sua fração negra e feminina. Assim, onde quer que haja trabalho terceirizado devemos exigir a **efetivação sem barreiras** de todos os terceirizados, com **iguais direitos e salários** dos demais funcionários. Através de uma medida como essa, milhões de negros se libertariam de péssimas condições

salariais e de trabalho, para não falar da ausência de direitos trabalhistas. Pelo mesmo motivo, defendemos que os sindicatos dos trabalhadores efetivos defendam os direitos dos terceirizados em seus locais de trabalho.

Demandas transitórias como essa interessam a toda classe trabalhadora, pois elevariam consideravelmente seus padrões de vida, e lidam com problemas muito fáceis de perceber no dia a dia. Porém, algumas delas beneficiariam especialmente os negros, ao anular em parte as suas condições de superexploração. Algumas outras medidas importantes para fazer avançar a emancipação dos negros brasileiros envolvem ainda questões relativas à moradia e transporte, já que muitos vivem nas periferias sem acesso a recursos básicos de infraestrutura.

Para que possamos levar à frente lutas concretas por demandas realmente avançadas, é crucial que os revolucionários organizem e auxiliem a luta dos negros contra as forças policiais da burguesia. Por isso é absolutamente importante ensinar aos proletários, sobretudo aos negros, a não confiarem na polícia e nas outras forças repressoras do Estado, educando-os no caminho da autodefesa proletária sempre que surgirem condições favoráveis para resistir, seja pontualmente ou de forma generalizada. E isso vai da **organização de comitês de autodefesa** desde casos locais de ameaça racista até a organização em maior escala contra a violência policial. [11]

O caminho até a verdadeira emancipação dos negros pode parecer árduo, mas não existe nenhuma saída mais fácil capaz de realmente dar conta dessa questão. É com essa convicção que lutamos para reconstruir o instrumento fundamental para revolução socialista – a **Quarta Internacional**. Os trabalhadores negros do Brasil vão identificar este partido como o seu próprio, e junto com seus outros irmãos trabalhadores, lutar através dele para conseguir de uma vez por todas a sua emancipação como raça e como classe social!

Notas

[*] Alguns levantamentos censitários, como os realizados pelo IBGE, apontam para um número muito reduzido de “pretos” na população brasileira. Isso ocorre porque estes trabalham com uma categoria intermediária, o “pardo”. Para efeitos de análise, optamos por considerar “pardos” e “pretos” como constituindo o **negro brasileiro**, uma vez que ambas as categorias sofrem forte segregação baseada em sua cor e não chegam a constituir grupos distintos no campo do reconhecimento ideológico.

[1] Dados divulgados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a partir de pesquisas realizadas pelo IBGE/Pnad entre 1993 e 2006. Disponíveis em: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/ultnot/2009/09/18/ult6843u18.jhtm>.

[2] Dados levantados pelo DIEESE, disponíveis em:

<http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=7897560&canal=213>.

[3] *Escolaridade e Trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos*. Revista Estudos e Pesquisas, Ano 3, nº 37 – novembro de 2007. Disponível para download em: dieese.org.br.

[4] *Metade dos negros que tiveram contato com a polícia já se sentiu discriminada*, de maio de 2006. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/metade-dos-negros-que-tiveram-contato-com-policia-ja-se-sentiu-discriminada>.

[5] *Negro é vítima maior de crimes e polícia*, de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1606&lay=rac>.

Quanto ao pequeno número de negros *declarados* que constam na pesquisa, ressaltamos a observação realizada na nota [*].

[6] *Senado aprova Estatuto da Igualdade Racial, mas retira cotas* – Portal G1, junho de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/06/senado-aprova-estatuto-da-igualdade-racial-mas-retira-cotas.html>.

[7] Para um breve relato da história do MNU, conferir *Nos 120 Anos da Abolição, 30 Anos de MNU* (2008), disponível

em:

<http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/Movimento-Negro-Unificado-30-anos.html>.

[8] Para saber mais sobre o SWP e o pablismo, a forma de revisionismo que acabou por destruir a Quarta Internacional, confira *A Gênese do Pablismo*, de 1972. Disponível em nosso blog.

[9] Disponível em:

http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=93&id_indice=228.

[10] Movimento “Back to Africa” (De Volta Para a África), fundado por Marcus Garvey após a Primeira Guerra Mundial. Representou uma resposta defensiva à onda de supremacismo branco chefiada pela Ku Klux Klan que tomou lugar no pós-guerra, e defendia que a integração social era impossível e que a saída era os negros norte-americanos “voltarem” para a África, onde viveriam como uma nação.

[11] Sugerimos ao leitor o pequeno artigo da Liga Espartaquista, *Regional do UAW Organiza Autodefesa Negra e Operária* (de abril de 1975), como um exemplo de auto-organização proletária e como uma amostra em pequena escala de seus potenciais. Disponível em nosso blog:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/09/liga-espartaquista-na-formacao-de.html>



II Congresso da Internacional Comunista

Intervenção de John Reed sobre a Questão negra nos EUA

Como parte de recuperar a história de como o marxismo revolucionário e o próprio movimento negro articulou suas lutas com a luta pelo socialismo, publicamos a seguir uma tradução inédita da intervenção de John Reed, o famoso autor do livro os Dez Dias que Abalaram o Mundo, sobre a questão negra nos EUA. Esta intervenção ocorreu durante uma sessão que discutia a política da III Internacional para os povos oprimidos e nações atrasadas [em seu II Congresso Internacional, realizado 1920]. Publicamos esta tradução não como uma reivindicação integral de suas posições, mas como recuperação desta história. [A presente tradução e nota introdutória são uma realização da LER-QI, disponível em: <http://www.ler-qi.org/spip.php?article3682>].

Reed: Na América vivem dez milhões de negros que estão concentrados sobretudo no sul. Nos anos recentes, entretanto, vários milhares se mudaram ao norte. Os negros no norte são empregados na indústria enquanto no sul a maioria são trabalhadores nas fazendas ou pequenos fazendeiros. A posição dos negros é terrível, particularmente nos estados do sul. O parágrafo 16 da constituição dos Estados Unidos garante aos negros completos direitos civis. Porém a maioria dos estados do sul nega aos negros estes direitos. Nos outros estados, onde os negros segundo

a lei tem o direito de votar, eles são mortos se exercem este direito.

Os negros não são permitidos de viajar nos mesmos vagões que os brancos, ir aos mesmos bares e restaurantes, ou viver nos mesmos bairros. Existem escolas especiais, e piores, para os negros e ao mesmo tempo igrejas especiais. A separação dos negros é chamada de “sistema Jim Crow”, e os clérigos no sul pregam sobre o paraíso no “sistema Jim Crow”. Os negros são usados como operários não qualificados na indústria. Até recentemente eles eram

excluídos da maioria dos sindicatos que pertencem à Federação Americana do Trabalho [AFL – American Federation of Labor]. O IWW [Industrial Workers of the World – Trabalhadores Industriais do Mundo], obviamente, organizou os negros, o antigo Partido Socialista, entretanto, não dava nenhuma tentativa séria de organizá-los. Em alguns estados os negros simplesmente não eram aceitos no partido, em outros eles eram separados em seções especiais, e, em geral, os estatutos do Partido baniam o uso de recursos partidários para a propaganda entre os negros.

No Sul o negro não tem direitos e sequer conta com a proteção da lei. Normalmente alguém pode matar negros sem ser punido. Uma terrível instituição branca é o linchamento dos negros. Isto acontece da seguinte forma, o negro é untado de óleo e pendurado em um poste telegráfico. Toda a cidade, os homens, mulheres e crianças, correm para ver o show e levar para casa, como souvenir, um pedaço da roupa ou da pele do negro que eles torturam até a morte.

Tenho pouquíssimo tempo para explicar o contexto histórico da questão negra nos Estados Unidos. Os descendentes da população escrava que foi libertada na Guerra Civil, quando ainda eram completamente subdesenvolvidos política e economicamente foram concedidos, mais tarde, completos direitos políticos para desatar uma dura luta de classes no sul, que estava destinada a segurar o capitalismo sulista até que os capitalistas do norte tivessem condições de unir todos os recursos do país como sua própria possessão.

Até recentemente os negros não mostravam nenhuma consciência de classe agressiva. O primeiro despertar ocorreu durante a guerra Hispano-Americana, na qual tropas negras lutaram como extraordinária coragem e da qual retornaram com o sentimento que como homens eles eram iguais às tropas brancas. Até então o único movimento que existia entre os negros era a associação educacional semi-filantrópica dirigida por Booker T. Washington e que era apoiada por capitalistas brancos. Este movimento encontrou expressão na organização de escolas nas quais os negros eram ensinados a serem bons serventes nas indústrias. Como enriquecimento intelectual lhes era oferecido o bom conselho de se resignarem ao destino de um povo oprimido. Durante a guerra espanhola [Hispano-Americana] um agressivo movimento de reforma ergueu-se entre os negros, este movimento reivindicava igualdade social e política com os brancos. Com o começo da guerra européia [primeira guerra mundial] meio milhão de negros que tinham entrado no exército americano foram enviados à França. Lá foram aquartelados juntos às tropas francesas e fizeram a descoberta súbita que eram tratados como iguais, socialmente e em todas as outras questões. O Estado Maior americano se dirigiu ao Alto Comando Francês e lhes pediu para proibir os negros de visitar os lugares frequentados pelos brancos e para tratá-los como pessoas de segunda classe. Depois da guerra os negros, muitos dos quais receberam medalhas do governo inglês e francês, retornaram a seus vilarejos sulistas onde eram

submetidos as leis do linchamento porque se atreviam a usar seus uniformes e suas condecorações nas ruas.

Ao mesmo tempo um forte movimento se ergueu entre os negros que ficaram. Milhares deles se mudaram ao norte e começaram a trabalhar nas indústrias de guerra e entraram em contato com o ascendente movimento trabalhista. Elevados como fossem, seus aumentos salariais ficavam para trás dos incríveis aumentos nos preços das mais importantes necessidades. Mais ainda, os negros ficavam enraivecidos pela forma como sua força era sugada e o terrível esforço demandado pelo trabalho depois de terem se acostumado à terrível exploração no curso de muitos anos, muito maior do que dos trabalhadores brancos.

Os negros entraram em greve junto aos trabalhadores brancos e rapidamente se juntaram ao proletariado industrial. Se mostraram muito abertos à propaganda revolucionária. Naquele período o jornal, Messenger [Mensageiro], foi fundado pelo jovem negro, o socialista Randolph, e este seguia objetivos de propaganda revolucionária. Este jornal unia a propaganda socialista com o chamado à consciência racial dos negros com o chamado a organizar a auto-defesa contra os brutais ataques dos brancos. Ao mesmo tempo o jornal insistia na ligação mais próxima com os operários brancos a despeito que os últimos frequentemente participavam da caça aos negros, e o mesmo jornal enfatizava como a inimizade entre as raças branca e negra era apoiado pelos capitalistas com seus próprios interesses.

O retorno do exército do front jogou milhões de operários no mercado de trabalho de uma só vez. O resultado foi o desemprego e a impaciência dos soldados desmobilizados tomou tamanha proporção assustadora que os empregados foram forçados a dizer aos soldados que seus empregos tinham sido tomados pelos negros, incitando assim os brancos a massacrar os negros. A primeira destas explosões ocorreu em Washington onde funcionários públicos viram, ao voltar da guerra, seus empregos tomados pelos negros. Os funcionários públicos eram principalmente sulistas. Eles organizaram um ataque noturno ao bairro negro para aterrorizar os negros a saírem de seus trabalhos. Para a surpresa de todos os negros foram às ruas armados. Uma luta seguiu, e os negros lutaram tão bem que para cada negro morto havia três brancos mortos. Outra revolta que durou vários dias e deixou muito mortos dos dois lados ocorreu alguns meses depois em Chicago. Depois ocorreu um massacre em Omaha. Em todos estes conflitos os negros mostraram pela primeira vez na história que eles estavam armados e esplendidamente organizados e não temiam, em nada, os brancos. O resultado da resistência dos negros foi em primeiro lugar uma atrasada intervenção pelo governo e, em segundo lugar, a aceitação dos negros na AFL.

A consciência de raça cresceu entre os próprios negros. No momento atual há uma parcela dos negros que prega o levantamento armado contra os brancos. Os negros que voltaram da guerra montaram, em todos

lugares, associações de auto-defesa e contra os brancos que apoiam as leis de linchamento. A circulação do Messenger está crescendo constantemente. No momento atual ele vende 180.000 exemplares mensalmente. Concomitantemente ideias socialistas criaram raízes e estão se espalhando rapidamente entre os negros empregados na indústria.

Se considerarmos os negros como um povo escravizado e oprimido, então isto nos colocará duas tarefas: de um lado um forte movimento racial e de outro um forte movimento proletário, cuja consciência de classe está se desenvolvendo rapidamente. Um movimento que busca uma existência nacional separada, como pode ser visto anos atrás, como por exemplo, com o movimento “de volta à África”, não é nunca bem sucedido entre os negros. Eles se consideram sobretudo como americanos e se sentem em casa nos EUA. Isto simplifica as tarefas dos comunistas consideravelmente.

A única política dos comunistas americanos para os negros é considerá-los, sobretudo, como trabalhadores. Os

trabalhadores agrícolas e os pequenos fazendeiros do sul, colocam a nós, apesar do atraso dos negros, as mesmas tarefas que temos para o proletariado rural branco. A propaganda comunista pode ser desenvolvida entre os negros que são empregados como operários industriais no norte. Em ambas as partes do país lutamos para organizar os negros nos mesmos sindicatos que os brancos. Esta é a melhor e mais rápida maneira de arrancar o preconceito racial e despertar a solidariedade de classe.

Os comunistas não devem se colocar à margem do movimento negro que reivindica, no momento, sua igualdade política e social, e ao mesmo que desenvolve entre os negros, rapidamente, a consciência racial. Os comunistas devem usar este movimento para expor a mentira da igualdade burguesa e enfatizar a necessidade da revolução social que libertará todos os trabalhadores da servidão mas que também é o único caminho para a libertação do escravizado povo negro.



Internacional Comunista **A Questão Negra**

O presente documento foi aprovado pelo IV Congresso da Internacional Comunista, realizado em novembro de 1922. Sua tradução para o português encontra-se disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=93&id_indice=228.

1 – Durante e após a guerra, desenvolveu-se entre os povos coloniais e semicoloniais um movimento de revolta contra o poder do capital mundial que faz grandes progressos. A penetração e a colonização intensa de regiões habitadas pelas raças negras colocam o último grande problema do qual depende o desenvolvimento futuro do capitalismo. O capitalismo francês admite claramente que seu imperialismo, após a guerra, não poderá manter-se senão pela criação de um império franco-africano, ligado por uma via terrestre através do Saara. Os maníacos financeiros da América que, em seu país, exploram 12 milhões de negros, se dedicam agora a penetrar pacificamente na África. As medidas extremas tomadas para sufocar a greve do Rand mostram bem o quanto a Inglaterra teme a ameaça criada para sua posição na África. Do mesmo modo que sobre o Pacífico o perigo de uma outra guerra mundial se tornou ameaçador devido à concorrência entre as potências imperialistas, a África também aparece como objeto de sua rivalidade. Ainda mais, a guerra, a revolução russa, os grandes movimentos que sublevaram os nacionalistas da Ásia e os muçulmanos contra o imperialismo despertaram a consciência de milhões de negros oprimidos pelos capitalistas, reduzidos a uma situação inferior por muitos séculos não apenas na África, mas também – talvez mesmo ainda mais – na América.

2 – A história atribuiu aos negros da América um papel importante na libertação de toda a raça africana. Há 300 anos os negros americanos foram arrastados de seu país natal, a África, transportados para a América onde foram objeto

dos piores tratamentos e vendidos como escravos. Durante 250 anos, eles trabalharam sob o chicote dos proprietários americanos: foram eles que derrubaram florestas, construíram estradas, plantaram algodão, instalaram os dormentes dos caminhos de ferro e sustentaram a aristocracia do Sul. Sua recompensa foi miséria, ignorância, degradação. O negro não foi um escravo dócil, mas recorreu à rebelião, à insurreição, às fugas astuciosas para recuperar sua liberdade; mas seus levantes foram afogados em sangue; pela tortura, forçaram-no a se submeter; a imprensa burguesa e a religião se associaram para justificar a escravatura. Quando a escravatura concorreu com o salariado e se tornou um obstáculo ao desenvolvimento da América capitalista, teve de desaparecer. A Guerra de Secessão, desencadeada não para libertar os negros, mas para manter a supremacia industrial dos capitalistas do Norte, colocou o negro na obrigação de escolher entre a escravatura no Sul e o salariado no Norte. Os músculos, o sangue, as lágrimas do negro “liberto” ajudaram no estabelecimento do capitalismo americano, e quando, transformada em potência mundial, a América entrou na guerra mundial e o negro americano foi declarado igual ao branco para matar e se deixar matar pela democracia. Quatrocentos mil operários de cor foram mobilizados nas tropas americanas onde formaram os regimentos de “Jim Crow”. Logo que saíram do calor da guerra, os soldados negros, retornados ao lar, foram perseguidos, linchados, assassinados, privados de toda liberdade e amarrados ao pelourinho. Eles combateram; mas para afirmar sua personalidade deviam pagar muito caro. Perseguiram-

nos ainda mais que no período anterior à guerra para lhes ensinar a “ficar em seu lugar”. A ampla participação dos negros na indústria após a guerra, o espírito de rebelião neles despertado pelas brutalidades de que são vítimas colocam os negros da América – e sobretudo os da América do Norte – na vanguarda da luta da África contra a opressão.

3 – É com grande alegria que a Internacional Comunista vê os operários negros explorados resistirem aos ataques dos exploradores, pois o inimigo da raça negra é também o inimigo dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo. A luta internacional da raça negra uma luta contra o capitalismo e o imperialismo. É sobre a base desta luta que o movimento negro deve estar organizado: na América, como centro da cultura negra e centro de cristalização do protesto dos negros; na África, como reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento do capitalismo; na América Central (Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Nicarágua e outras repúblicas “independentes” onde o imperialismo americano é predominante), em Porto Rico, no Haiti, em São Domingos e nas outras ilhas do Mar das Caraíbas, onde os maus-tratos infligidos aos negros pelos invasores americanos levantaram o protesto dos negros conscientes e dos operários brancos revolucionários. Na África do Sul e no Congo, a industrialização crescente da população negra provocou sublevações de formas variadas; na África Oriental, a penetração recente do capital mundial impulsiona a população nativa a resistir ativamente ao imperialismo.

4 – A Internacional Comunista deve indicar ao povo negro que ele não é o único a sofrer a opressão do capitalismo e do imperialismo, deve mostrar-lhe que os operários e os camponeses da Europa, da Ásia e da América são também vítimas do imperialismo; que a luta contra o imperialismo não é a luta de um só povo, mas de todos os povos do mundo; que na China, na Pérsia, na Turquia, no Egito e no Marrocos, os povos coloniais combatem com heroísmo contra seus exploradores imperialistas, que estes povos se levantam contra os mesmos males que se abatem sobre os negros (opressão de raça, exploração industrial intensificada, punição); que estes povos reclamam os mesmos direitos que os negros – liberdade e igualdade

industrial e social.

A Internacional Comunista – que representa os operários e os camponeses revolucionários do mundo inteiro em sua luta para derrotar o imperialismo, a Internacional Comunista que não é somente uma organização dos operários brancos da Europa e da América, mas também dos povos de cor oprimidos de todo o mundo – considera como seu dever encorajar e ajudar a organização internacional do povo negro na luta contra o inimigo comum.

5 – O problema dos negros tornou-se uma questão vital da revolução mundial. A III Internacional, que reconheceu a preciosa contribuição que as populações asiáticas podiam aportar à revolução proletária nos países semicapitalistas, encara como essencial a cooperação de nossos camaradas negros oprimidos à revolução proletária que destruirá a potência capitalista. Por isso, o IV Congresso declara que todos os comunistas devem aplicar especialmente ao problema dos negros as “teses sobre a questão colonial”.

6.a) O IV Congresso reconhece a necessidade de apoiar toda forma do movimento negro tendo por objetivo minar e debilitar o capitalismo ou o imperialismo, ou deter sua penetração.

6.b) A Internacional Comunista lutará por assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social.

6.c) A Internacional Comunista utilizará todos os meios à sua disposição para levar as trade-unions a admitirem os trabalhadores negros em suas fileiras; onde os trabalhadores negros tiverem o direito nominal de aderir às trade-unions, a Internacional Comunista fará uma propaganda especial para estimulá-los; se não for possível, ela organizará os negros em sindicatos especiais e aplicará particularmente a tática de frente única para forçar os sindicatos a admiti-las em seu seio.

6.d) A Internacional Comunista preparará imediatamente um Congresso ou uma conferência geral de negros em Moscou.



A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-americano

James P. Cannon foi um dos fundadores e principais dirigentes do Partido Comunista dos Estados Unidos. Expulso em 1928 por apoiar a Oposição de Esquerda Internacional dirigida por L. D. Trotsky, ele fundou o movimento trotskista norte-americano. O seguinte artigo foi publicado em 1959 e logo formou parte do seu livro The First Ten Years of American Communism (Os primeiros dez anos do comunismo norte-americano), publicado em 1962. Esta edição baseia-se na primeira tradução no português feita e distribuída pela Luta Metalúrgica (atualmente Liga Quarta-Internacionalista do Brasil) em 1995. Original disponível em <http://www.internationalist.org/cannon.html>.

Durante seus dez primeiros anos, o Partido Comunista dos EUA estava preocupado com a questão do negro, e gradualmente chegou a uma política que era diferente e superior à do radicalismo norte-americano tradicional. Não obstante, nas minhas memórias publicadas relacionadas a este período, a questão do negro não aparece em nenhuma parte como tema de controvérsia interna entre as frações principais. A explicação era que nenhum dos dirigentes norte-americanos colocou nenhuma nova idéia sobre esta questão explosiva por conta própria; e nenhuma das frações propôs nenhuma das mudanças de política, atitude e forma de abordar a questão que se haviam realizado gradualmente quando o partido chegou ao fim de sua primeira década.

As principais discussões sobre a questão do negro ocorreram em Moscou, e a nova forma de ver a questão foi elaborada lá. Já no Segundo Congresso da Comintern (Internacional Comunista), em 1920, “Os Negros na América” foi um ponto na ordem do dia e uma discussão preliminar sobre esta questão foi levada a cabo. As investigações históricas comprovarão decisivamente que a política do PC sobre a questão do negro recebeu seu primeiro impulso de Moscou, e também que todas as seguintes elaborações desta política, incluindo a adoção da palavra-de-ordem de “autodeterminação” em 1928, vieram de Moscou.

Sob a constante pressão e estímulo dos russos na Comintern, o partido começou com o trabalho entre os negros durante seus primeiros dez anos; mas não conseguiu incorporar muitos e sua influência dentro da comunidade negra não chegou a muito. Disto seria fácil tirar a conclusão pragmática de que toda a discussão e preocupação sobre a política com respeito à questão nessa década, desde Nova Iorque até Moscou, era muito barulho sobre nada, e que os resultados da intervenção russa foram completamente negativos.

Esta pode ser a avaliação convencional nestes dias da Guerra Fria, quando a animosidade contra todas as coisas russas é o substituto convencional pela opinião considerada. Porém, está longe de ser a verdade histórica. Os primeiros dez anos do comunismo norte-americano são um período curto demais para permitir uma avaliação definitiva da nova forma de abordar a questão do negro que foi imposta ao partido norte-americano pela Comintern.

A discussão histórica sobre a política e ação do Partido Comunista sobre a questão do negro, e sobre a influência russa na formação das mesmas, durante os primeiros dez anos da existência do partido, por exaustiva que seja, não pode ser suficiente se a investigação não projeta-se até a seguinte década. O jovem partido tomou os primeiros dez anos para fazer um começo neste terreno até então não explorado. As façanhas espetaculares dos anos 30 não podem ser entendidas sem referência a esta década anterior de mudanças e reorientações. As posteriores ações e resultados vieram disto.

* * *

Uma análise séria de todo o processo complexo

tem que começar com o reconhecimento de que os comunistas norte-americanos na primeira parte dos anos 20, tal como todas as outras organizações radicais deste período e períodos anteriores, não tinham nada com que podiam começar sobre a questão do negro senão uma teoria inadequada, uma *atitude* falsa ou indiferente e a aderência de alguns indivíduos com tendências radicais ou revolucionárias.

O movimento socialista anterior, do qual o Partido Comunista surgiu, jamais reconheceu a necessidade de um programa especial sobre a questão do negro. Esta era considerada pura e simplesmente um problema econômico, uma parte da luta entre os operários e os capitalistas; a idéia era que não se podia fazer nada sobre os problemas especiais da discriminação e a desigualdade antes da chegada ao socialismo.

Os melhores dos socialistas do período anterior foram representados por Debs, [1] [veja notas ao final do texto] que se mostrava simpático a todas as raças e completamente livre de preconceitos. Porém, a limitação do ponto de vista deste grande agitador, sobre esta questão complexa, foi expressada na sua declaração: “Nós não temos nada especial para oferecer ao negro, e não podemos fazer chamamentos separados a todas as raças. O Partido Socialista é o partido de toda a classe operária, seja qual for a cor – de toda a classe operária de todo o mundo” (Ray Ginger, *The Bending Cross*). Esta foi considerada uma colocação muito avançada nesse período, mas não colocou o apoio ativo à exigência especial do negro por um pouco de igualdade aqui e agora, ou no futuro previsível, no caminho rumo ao socialismo.

Inclusive Debs, com a sua fórmula geral que ignorou o ponto principal – a questão ardente da constante discriminação contra os negros em todos os aspectos – era muito superior nesta questão, tal como em todas as outras, a Victor Berger, que era um racista declarado. [2] O seguinte é um pronunciamento de um editorial de Berger no seu jornal na cidade de Milwaukee, o *Social Democratic Herald*: “Não há dúvida de que os negros e mulatos constituem uma raça inferior”. Esta foi a colocação do “socialismo de Milwaukee” sobre a questão negra, como foi expressada por seu ignorante e insolente líder e chefe. Um negro perseguido e atacado jamais conseguiria digerir tal posição com uma simples cerveja de Milwaukee, inclusive se tivesse cinco centavos e pudesse encontrar uma cantina dos brancos onde pudesse beber um copo de cerveja, na parte dos fundos do bar.

O chauvinismo declarado de Berger nunca foi a posição oficial do Partido Socialista. Havia outros socialistas, tais como William English Walling, que foi partidário da igualdade de direitos para os negros e um dos fundadores da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP – Associação Nacional pelo Avanço das Pessoas de Cor) em 1909. Mas tais indivíduos foram uma pequena minoria entre os socialistas e radicais antes da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa.

A insuficiência da política socialista tradicional sobre

a questão do negro tem sido amplamente documentada pelos historiadores do movimento, Ira Kipnis e David Shannon. Shannon resume a atitude geral que prevalecia no Partido Socialista sobre os negros da seguinte forma:

“Não eram importantes no partido, o partido não fazia nenhum esforço especial para atrair militantes negros, e se o partido não era realmente hostil ao esforço dos negros para melhorar sua posição dentro da sociedade capitalista norte-americana, este esforço geralmente não lhe interessava.” E mais adiante: “O partido mantinha que a única salvação do negro era a mesma que a única salvação do branco: ‘o socialismo’.”

Esta foi a posição tradicional que o Partido Comunista dos primeiros anos herdou do movimento socialista anterior, do qual havia surgido. A política e a prática do movimento sindical era ainda pior. A organização IWW (Industrial Workers of the World – Trabalhadores Industriais do Mundo) não excluía ninguém da militância pela sua “raça, cor nem credo”. Mas os sindicatos predominantes da AFL (American Federation of Labor – Federação Norte-Americana do Trabalho), com só umas poucas exceções, eram compostos exclusivamente pelos brancos da aristocracia operária. Estes também não tinham nada especial que oferecer aos negros; na realidade, não tinham absolutamente nada que oferecer-lhes.

* * *

A diferença – e foi uma diferença *profunda* – entre o Partido Comunista dos anos 20 e os seus antecessores socialistas e radicais, foi mostrada pela sua ruptura com esta tradição. Os comunistas norte-americanos dos primeiros anos, sob a influência e pressão dos russos na Comintern, estavam aprendendo lenta e dolorosamente a mudar sua *atitude*; a assimilar a nova teoria da questão negra como uma questão *especial* de gente duplamente explorada e posta na situação de cidadãos de segunda classe, o que requeria um programa de reivindicações especiais como parte do programa geral – e a começar a fazer algo sobre esta questão.

A verdade irimportância desta mudança profunda, em todas suas dimensões, não pode ser medida adequadamente pelos resultados que ocorreram nos anos 20. É necessário considerar os primeiros dez anos principalmente como o período preliminar de reconsideração e discussão, e de mudança na atitude e política sobre a questão dos negros – como preparação para a atividade futura neste terreno.

Os efeitos desta mudança e esta preparação nos anos 20, produzidos pela intervenção russa, manifestaram-se explosivamente na década posterior. As condições muito favoráveis para a agitação e organização entre os negros, produzidas pela Grande Depressão, encontraram o Partido Comunista preparado para atuar neste terreno como nenhuma outra organização radical havia feito neste país.

* * *

Tudo de novo e progressista sobre a questão do negro veio de Moscou depois da revolução de 1917, e como resultado da revolução – não só para os comunistas norte-americanos, que responderam diretamente, mas também para todos os que se interessavam na questão.

Sozinhos, os comunistas norte-americanos nunca inventaram nada novo ou diferente da posição tradicional do radicalismo norte-americano sobre a questão negra. Essa posição, como mostram as citações anteriores das histórias de Kipnis e Shannon, foi bastante fraca na teoria e ainda mais fraca na prática. A fórmula simplista de que a questão dos negros era meramente econômica, uma parte da questão do capital contra o trabalho, jamais inspirou os negros, que sabiam que não era assim, mesmo se não o dissessem abertamente; eles tinham que viver com a discriminação brutal, cada hora de cada dia.

Esta discriminação não era sutil nem dissimulada. Todo mundo sabia que ao negro se dava o pior em todo momento, mas quase ninguém estava interessado ou queria fazer algo para procurar moderar ou mudar esta situação. A maioria branca da sociedade norte-americana, que constituía [nesse período] 90% da população, incluindo seu setor operário, no Norte como no Sul, estava saturada com preconceitos contra o negro; e o movimento socialista refletia bastante este preconceito – embora, para não contradizer o ideal da irmandade humana, esta atitude dos socialistas era oculta e tomava a forma de evasiva. A velha teoria do radicalismo norte-americano mostrou na prática ser uma fórmula para a falta de ação sobre a questão dos negros e, incidentalmente, uma cobertura conveniente para os latentes preconceitos raciais dos radicais brancos.

A intervenção russa transformou tudo isto, drasticamente e num sentido benéfico. Ainda antes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, Lenin e os bolcheviques se distinguiam de todas as outras tendências no movimento socialista e operário internacional por sua preocupação com os problemas das nações e minorias nacionais oprimidas, e seu apoio positivo às lutas destas pela liberdade, a independência e o direito da autodeterminação. Os bolcheviques davam este apoio a toda a “gente sem igualdade de direitos”, de uma forma sincera e honesta, mas não havia nada “filantrópico” nesta posição. Reconheciam também o grande potencial revolucionário na situação dos povos e nações oprimidos, e os viam como aliados importantes da classe operária internacional na luta revolucionária contra o capitalismo.

Depois de novembro de 1917, esta nova doutrina, com ênfase especial nos negros, começou a ser transmitida ao movimento comunista norte-americano com a autoridade da Revolução Russa. Os russos na Comintern começaram a enfrentar os comunistas norte-americanos com a exigência brusca e insistente de que abandonassem seus próprios preconceitos não declarados, que dessem atenção aos problemas e queixas especiais dos negros

norte-americanos, que trabalhassem entre eles e que se convertessem em campeões de sua causa dentro da população branca.

Para os norte-americanos, que tinham sido educados numa tradição diferente, levou tempo para assimilar a nova doutrina leninista. Mas os russos seguiam, ano após ano, montando os argumentos e aumentando a pressão sobre os comunistas norte-americanos até que estes finalmente aprenderam, mudaram e começaram a trabalhar a sério. E a mudança na atitude dos comunistas norte-americanos, que se efetuou gradualmente nos anos 20, exerceria uma influência profunda em *círculos muito mais amplos* durante os anos posteriores.

* * *

A ruptura do Partido Comunista com a posição tradicional do radicalismo norte-americano sobre a questão negra coincidiu com mudanças profundas que estavam ocorrendo entre a população negra. A migração em grande escala das regiões agrícolas do Sul dos Estados Unidos para os centros industriais do Norte se acelerou muito durante a Primeira Guerra Mundial, e continuou nos anos posteriores. Isto produziu algumas melhorias em suas condições de vida em comparação com o que haviam conhecido no Sul (“Deep South”), [3] mas não foram suficientes para compensar o desencanto de encontrar-se relegados aos guetos e submetidos ainda à discriminação por todos os lados.

O movimento negro, tal como era então, apoiou patrioticamente a Primeira Guerra Mundial “para tornar o mundo seguro para a democracia”; e 400.000 negros serviram nas forças armadas. Quando regressaram aos Estados Unidos, buscaram um pouquinho de democracia para eles mesmos, mas não puderam encontrar muito em nenhum lado. O seu novo espírito de reclamar algo para si mesmos foi contestado com cada vez mais linchamentos e uma série de distúrbios raciais em todo o país, tanto no Norte como no Sul.

Tudo isto – as esperanças e as decepções, o novo espírito de decisão e as represálias bestiais – contribuiu para o surgimento de um novo movimento negro. Rompendo decididamente com a tradição de Booker T. Washington [4] de acomodação a uma posição de inferioridade no mundo do homem branco, uma nova geração de negros começou a impulsar suas exigências de igualdade.

* * *

O que o novo movimento emergente dos negros norte-americanos – uma minoria de 10% da população dos Estados Unidos – mais necessitava, e que carecia quase por completo, era de apoio efetivo dentro da comunidade branca em geral e, em particular, dentro do movimento operário, seu aliado necessário. O Partido Comunista, defendendo vigorosamente a causa dos negros e propondo uma aliança do povo negro e o movimento operário combativo, entrou

na nova situação como um agente catalizador no momento preciso.

Foi o Partido Comunista, e nenhum outro, que converteu os casos de Herndon e Scottsboro [5] em questões conhecidas nacional e internacionalmente, e que pôs os grupos de linchamento legal dos “Dixiecratas” (políticos racistas sulistas do Partido Democrata) na defensiva pela primeira vez desde a derrubada da Reconstrução. [6] Os militantes do partido dirigiram as lutas e as manifestações para conseguir consideração justa para os negros desempregados nos postos de ajuda, e para colocar novamente nos seus apartamentos os móveis dos negros jogados na rua pelos donos das casas. Foi o Partido Comunista que de forma demonstrativa apresentou um negro como candidato a vice-presidente em 1932 – algo que nenhum outro partido radical ou socialista jamais havia contemplado.

Por meio deste tipo de ação e agitação nos anos 30, o partido sacudiu todos os círculos mais ou menos liberais e progressistas da maioria branca, e começou a produzir uma mudança radical na atitude sobre a questão negra. Ao mesmo tempo, o partido se converteu num verdadeiro fator entre os negros, que avançaram em seu status e sua confiança em si mesmos – *em parte como resultado da vigorosa agitação do Partido Comunista sobre a questão*.

Não se pode descartar esta realidade dizendo que “os comunistas atuaram assim porque tinham um interesse por trás disto”. Toda agitação a favor dos direitos dos negros favorece o movimento negro; e a agitação dos comunistas foi muito mais enérgica e eficaz que qualquer outra naquele período.

Estes novos acontecimentos parecem conter um aspecto contraditório, e este, que conheço, jamais tem sido confrontado ou explicado. A expansão da influência comunista dentro do movimento negro durante os anos 30 ocorreu apesar do fato de que *uma* das novas palavras-de ordem impostas ao partido pela Comintern nunca pareceu adequar-se à situação real. Esta foi a palavra-de ordem da “autodeterminação”, sobre a qual se fez o maior alvoroço e se escreveu o maior número de teses e resoluções, sendo inclusive apregoada como a palavra-de ordem principal. [7] A palavra-de ordem da “autodeterminação” teve pouca ou nenhuma aceitação na comunidade negra. Depois do colapso do movimento separatista dirigido por Garvey, [8] a tendência dos negros foi principalmente em direção à integração racial, com igualdade de direitos.

Na *prática* o PC passou por cima desta contradição. Quando o partido adotou a palavra-de ordem da “autodeterminação”, não abandonou sua vigorosa agitação a favor da *igualdade e os direitos dos negros em todas as frentes*. Ao contrário, intensificou e estendeu esta agitação. Isto era o que os negros desejavam ouvir, e isso é o que fez a diferença. A agitação e ação do PC sobre esta *última palavra-de ordem* foi o que produziu resultados, sem a ajuda e provavelmente apesar da impopular palavra-de ordem da “autodeterminação” e todas as teses escritas para justificá-la.

* * *

Durante o “Terceiro Período” de ultra-radicalismo [da Comintern], os comunistas convertidos em stalinistas realizaram sua atividade entre os negros com toda a desonesta demagogia, os exageros e distorções que lhes são próprias e das quais eles são inseparáveis. Apesar disto, a reivindicação principal em torno da igualdade de direitos foi ouvida e encontrou eco na comunidade negra. Pela primeira vez desde a época dos abolicionistas, [9] os negros viram um grupo enérgico, dinâmico e combativo de gente branca que defendia sua causa. Desta vez não foram uns quantos filantropos e liberais tímidos, mas sim os pertinazes stalinistas dos anos 30, que estavam à frente de um movimento radical de grande alcance que, gerado pela depressão, estava em ascensão. Havia uma energia em seus esforços naqueles anos e esta foi sentida em muitas esferas da vida norte-americana.

A resposta inicial de muitos negros foi favorável, e a reputação do partido como uma organização revolucionária identificada com a União Soviética provavelmente era mais ajuda que obstáculo. A camada superior dos negros, buscando respeitabilidade, tendia a distanciar-se de todo o radical; porém as bases, os mais pobres entre os pobres que não tinham nada que perder, não tinham medo. O partido incorporou milhares de militantes negros nos anos 30 e se converteu, por um tempo, em uma força real dentro da comunidade negra. A causa principal disto era sua política sobre a questão da igualdade de direitos, sua *atitude* geral – a qual havia aprendido dos russos – e sua atividade em torno da nova linha.

* * *

Nos anos 30, a influência e a ação do Partido Comunista não se restringia à questão dos “direitos civis” em geral. Também atuava poderosamente para dar nova forma ao movimento operário e auxiliar os operários negros a conseguir neste movimento o lugar que anteriormente lhes havia sido negado. Os mesmos operários negros, que haviam contribuído nas grandes lutas para criar os novos sindicatos, pressionavam a favor de suas próprias reivindicações mais vigorosamente que em nenhum período anterior. [10] Mas necessitavam de ajuda, necessitavam de aliados.

Os militantes do Partido Comunista começaram a desempenhar este papel no momento crítico dos dias formativos dos novos sindicatos. A política e a agitação do Partido Comunista neste período fizeram mais, dez vezes mais, que qualquer outra força para ajudar os operários negros a assumir um novo status de, pelo menos, semi-cidadania dentro do novo movimento sindical criado nos anos 30 sob a bandeira do CIO.

* * *

É freqüente atribuir o progresso do movimento

negro, e a mudança da opinião pública a favor de suas reivindicações, às mudanças produzidas pela Primeira Guerra Mundial. Mas o resultado mais importante da Primeira Guerra Mundial, o acontecimento que mudou tudo, incluindo as perspectivas para os negros norte-americanos, foi a Revolução Russa. A influência de Lenin e da Revolução Russa – apesar de ser degradada e distorcida como foi posteriormente por Stalin, e depois filtrada através das atividades do Partido Comunista dos Estados Unidos – contribuiu, mais *que qualquer outra influência, de qualquer fonte*, para o reconhecimento, e a aceitação mais ou menos geral, da questão negra como um problema especial da sociedade norte-americana; um problema que não pode ser colocado simplesmente sob o cabeçalho do conflito entre capital e trabalho, como fazia o movimento radical pré-comunista.

Se acrescenta algo, mas não muito, ao dizer que o Partido Socialista, os liberais e os dirigentes sindicais mais ou menos progressistas aceitaram a nova definição e outorgaram algum apoio às reivindicações dos negros. Isso é exatamente o que fizeram: aceitaram. Não tinham nenhuma teoria nem política independente desenvolvidas por eles mesmos. De onde iam tirá-las? De suas próprias cabeças? De nenhuma maneira. Todos iam atrás o PC sobre esta questão nos anos 30.

Os trotskistas e outros grupos radicais dissidentes – que também tinham aprendido dos russos – contribuíram com o que puderam para a luta pelos direitos dos negros; mas os stalinistas, dominando o movimento radical, dominavam também os novos acontecimentos no terreno da questão negra.

* * *

Tudo o que havia de novo sobre a questão negra veio de Moscou, depois que começava a ressoar em todo o mundo a exigência da Revolução Russa pela liberdade e a igualdade para todos os povos subjugados e todas as raças, para todos os desprezados e rechaçados do mundo. O estrondo continua ressoando, mais forte que nunca, como atestam as manchetes diárias dos jornais.

Os comunistas norte-americanos responderam primeiro, e mais enfaticamente, à nova doutrina que veio da Rússia. Mas o *povo negro, e setores significativos da sociedade branca norte-americana*, responderam indiretamente, e seguem respondendo, mesmo não reconhecendo isto.

Os atuais líderes oficiais do movimento pelos “direitos civis” dos negros norte-americanos, mais que um pouco surpreendidos frente à crescente combatividade do movimento e o apoio que está conseguindo na população branca do país, pouco suspeitam o quanto o ascendente movimento deve à Revolução Russa que todos eles patrioticamente rechaçam.

O Reverendo Martin Luther King afirmou, ao tempo da batalha do boicote em Montgomery, que o seu movimento fazia parte da luta mundial dos povos de cor

pela independência e a igualdade. [11] Deveria haver acrescentado que as revoluções coloniais, que efetivamente são um poderoso aliado do movimento negro nos Estados Unidos, conseguiram seu impulso inicial da Revolução Russa – e são estimuladas e fortalecidas dia a dia pela contínua existência desta revolução na forma da União Soviética e da nova China, que o imperialismo branco subitamente “perdeu”.

* * *

Indiretamente, mas de uma forma ainda mais convincente, os mais raivosos anti-soviéticos, entre eles os políticos liberais e os dirigentes sindicais oficiais, testemunham isto quando dizem: O escândalo de Little Rock e coisas do mesmo tipo não devem acontecer porque favorecem a propaganda comunista entre os povos coloniais não-brancos. [12] Seu temor à “propaganda comunista”, tal como o temor de outras pessoas a Deus, lhes faz virtuosas.

Agora tornou-se convencional, para os líderes sindicais e os liberais do Norte, simpatizar com a luta dos negros por alguns poucos direitos elementares como seres humanos. É “O Que Se Deve Fazer”, um símbolo da inteligência civilizada. Até os ex-radicais convertidos em uma espécie de “liberais” anti-comunistas – uma espécie muito fraca – são agora orgulhosamente “corretos” em seu apoio formal aos “direitos civis” e em sua oposição à segregação dos negros e outras formas de discriminação. Mas como chegaram a isso?

Os liberais de hoje jamais perguntam-se por quê – salvo algumas notáveis exceções – nunca ocorreu a seus similares de uma geração anterior esta nova e mais esclarecida atitude sobre os negros antes que Lenin e a Revolução Russa puseram de pernas pro ar à velha, bem estabelecida e complacentemente aceita doutrina de que as raças deviam ser “separadas e desiguais”. [13] Os liberais e líderes sindicais anti-comunistas norte-americanos não sabem, mas algo da influência russa que odeiam e temem tanto lhes contagiou.

* * *

Como todo mundo sabe, finalmente os stalinistas atrapalharam a questão negra, assim como atrapalharam todas as demais questões. Traíram a luta pelos direitos dos negros durante a Segunda Guerra Mundial, em serviço à política exterior de Stalin – do mesmo modo, e pelo mesmo motivo fundamental, que traíram os operários grevistas norte-americanos e aplaudiram os representantes do governo quando pela primeira vez se utilizou a Lei Smith, no julgamento contra os trotskistas em Minneapolis em 1941. [14]

Agora todo mundo o sabe. Ao final se colheu o que se semeou, e os stalinistas mesmos têm-se visto obrigados a confessar publicamente algumas de suas traições e ações vergonhosas. Mas nem o suposto arrependimento por crimes

que não podem ser ocultados nem os alardes sobre virtudes passadas que outros estão pouco dispostos a recordar, parecem servir-lhes de nada. O Partido Comunista, ou melhor, o que fica disso, é tão desprestigiado e desprezado que hoje se reconhece pouco ou nada de seu trabalho na questão dos negros durante aqueles anos anteriores, quando teve consequências extensas que em sua maior parte foram progressistas.

Não é meu dever nem meu propósito prestar ajuda aos stalinistas. O único objetivo desta descrição resumida é esclarecer alguns fatos acerca da primeira época do movimento comunista norte-americano para o benefício dos estudiosos de uma nova geração, que desejam conhecer toda a verdade, sem temor nem favor, e aprender algo dela.

A nova política sobre a questão negra, aprendida dos russos durante os primeiros dez anos do comunismo norte-americano, deu ao Partido Comunista a capacidade de avançar a causa do povo negro nos anos 30; e de estender sua própria influência entre os negros em uma escala da qual nenhum movimento radical tinha-se aproximado até então. Estes são os fatos históricos, não somente da história do comunismo norte-americano, mas também da história da luta pela emancipação dos negros.

* * *

Para aqueles que olham para o futuro estes fatos são importantes, uma antecipação das coisas por vir. Através de sua atividade combativa durante os anos anteriores, os stalinistas deram um grande ímpeto ao novo movimento negro. Posteriormente, sua traição à causa dos negros durante a Segunda Guerra Mundial preparou o caminho para os gradualistas que têm sido os dirigentes incontestados do movimento desde esse período.

A política do gradualismo, de prometer liberdade ao negro dentro do marco do sistema social que o subordina e degrada, não está dando resultado. Não vai à raiz do problema. Grandes são as aspirações do povo negro e grandes também as energias e emoções em sua luta. Porém as conquistas concretas de sua luta até agora são lastimosamente escassas. Têm avançado alguns milímetros, mas a meta da verdadeira igualdade se encontra a muitos, muitos quilômetros de distância.

O direito de ocupar um banco vazio em um ônibus; a integração de um punhado de meninos negros em algumas escolas públicas; algumas vagas abertas para indivíduos negros na administração pública e algumas profissões; direitos de emprego iguais no papel, mas não na prática; o direito à igualdade, formal e legalmente reconhecido mas negado na prática a cada momento: este é o estado de coisas na atualidade, 96 anos depois da Proclamação da Emancipação.

Tem havido uma grande mudança na perspectiva e nas reivindicações dos negros desde a época de Booker T. Washington, mas nenhuma mudança fundamental em sua situação real. O crescimento desta contradição está levando

a uma nova explosão e uma nova mudança de política e liderança. Na próxima etapa do seu desenvolvimento, o movimento negro norte-americano se verá obrigado a orientar-se a uma política mais combativa que a do gradualismo e buscar aliados mais confiáveis que os políticos capitalistas do Norte, que estão vinculados com os “dixiecratas” do Sul. Os negros, mais que ninguém neste país, têm motivo – e direito – para ser revolucionários.

Um partido operário honesto da nova geração reconhecerá este potencial revolucionário da luta dos negros e proporá uma aliança combativa do povo negro e o movimento operário em uma luta revolucionária comum contra o sistema social existente.

As reformas e as concessões, muito mais importantes e significativas que as obtidas até agora, serão subprodutos desta aliança revolucionária. Em cada fase da luta se lutará a seu favor e elas serão conseguidas. Porém o novo movimento não se deterá com reformas, não será satisfeito com concessões. O movimento do povo negro e o movimento operário combativo, unificados e coordenados por um partido revolucionário, resolverão a questão dos negros da única maneira em que pode ser resolvida: mediante uma revolução social.

Os primeiros esforços do Partido Comunista nesta questão, durante a geração passada, serão reconhecidas e assimiladas. Nem sequer a experiência da traição stalinista será desperdiçada. A lembrança desta traição será uma das razões porque os stalinistas não serão os dirigentes na próxima vez.

Los Angeles
8 de maio de 1959

Notas dos tradutores

1. Eugene V. Debs (1855-1926) foi dirigente de uma importante greve dos ferroviários e depois do Partido Socialista dos Estados Unidos. Foi encarcerado por sua oposição à Primeira Guerra Mundial. Embora tenha declarado sua simpatia pela Revolução Bolchevique, não uniu-se ao Partido Comunista.

2. Victor Berger: um dirigente da ala direita do Partido Socialista.

3. Nos Estados Unidos, a região do Sudeste que foi o coração da confederação escravocrata durante a Guerra Civil (1860-65) é conhecida como o “Deep South”.

4. Booker T. Washington (1856-1915) foi um dirigente negro que colocou a “auto-melhoria” da população negra e se opôs às lutas diretas contra a opressão.

5. Angelo Herndon foi um jovem comunista negro perseguido por um embuste da polícia em Atlanta, Georgia em 1932 e acusado de “incitar à insurreição”. Os acusados de Scottsboro, Alabama foram oito jovens negros vítimas de um embuste racista nos anos 30. Foram condenados à morte mas logo foram perdoados como resultado da campanha em sua defesa.

6. A Reconstrução (1865-77) foi o período depois da derrota da Confederação escravocrata na Guerra Civil norte-americana, quando, sob a proteção de tropas do Norte, foram concedidos direitos de cidadania aos antigos escravos e se desmantelou uma parte do poder dos latifundiários (antigos escravistas) do Sul. Em várias partes do Sul foram eleitos governos locais compostos em grande parte de negros, junto com radicais brancos do Norte. A Reconstrução foi traída pela burguesia do Norte no seu Compromisso de 1877 com os políticos racistas do Sul; as tropas federais foram retiradas e o terror racista esmagou os direitos básicos dos negros.

7. A palavra-de-ordem da autodeterminação dos negros na “faixa negra” formada por várias áreas do Sul dos Estados Unidos foi promulgada pelo Sexto Congresso da Internacional Comunista (1928). Já então essa “faixa negra” era semi-fictícia, devido à migração de grande parte da população negra às cidades industriais do Norte e centro do país, Califórnia, e outras áreas. Na realidade, o povo negro (que entre outras coisas não tinha um território em comum) não era uma nação mas sim uma “casta de cor e raça”, integrada na economia capitalista mas segregada nos níveis inferiores da mesma. A palavra-de-ordem da autodeterminação encontrou resistência da maioria dos dirigentes negros do PC dos Estados Unidos. Porém, a Comintern stalinizada insistiu e se começou a propagar a palavra-de-ordem mais energética em 1930.

8. Marcus Garvey (1887-1940) dirigiu o movimento pelo “retorno à África”.

9. Os abolicionistas foram os que agitaram a favor da abolição da escravidão nos Estados Unidos antes da emancipação dos escravos em 1863, proclamada por Abraham Lincoln durante a Guerra Civil.

10. Com o impulso das três greves gerais de 1934 (as de Minneapolis, dirigida pelos trotskistas; Toledo, dirigida pelo American Workers Party, que pouco depois se unificou com os trotskistas; e São Francisco, dirigida pelos stalinistas), em 1935 se formou uma nova agrupação sindical: o Congress of Industrial Organizations (CIO – Congresso de Organizações Industriais). O CIO rompeu com a velha e conservadora confederação, a American Federation of Labor (AFL – Federação Norte-Americana do Trabalho), cujos sindicatos, organizados por profissões, geralmente haviam agrupado somente os operários mais qualificados. Os novos sindicatos do CIO foram “industriais”, quer dizer, baseados na organização de todos os trabalhadores de uma indústria em um só sindicato. Em 1953 a AFL e o CIO se fundiram para formar a AFL-CIO, que na atualidade é a única confederação sindical nos Estados Unidos.

11. Em 1955, o movimento pelos direitos civis chegou à atenção nacional nos Estados Unidos quando a população negra de Montgomery, Alabama, realizou, durante todo um ano, um boicote dos ônibus municipais, que eram racialmente segregados.

12. Em Little Rock, Arkansas, em setembro de 1957, racistas brancos atacaram estudantes negros que, sob um mandado judicial contra a segregação racial, freqüentaram pela primeira vez uma escola secundária que anteriormente havia sido reservada para os brancos. Quando a população negra mobilizou-se para defender-

se, o presidente Eisenhower enviou tropas para ocupar a cidade e impedir este esforço de auto-defesa dos negros.

13. “Separadas e desiguais”: referência irônica à doutrina da primeira metade do século XX de que os negros iam ser “separados” (quer dizer, segregados) dos brancos, mas “iguais” aos mesmos. Esta doutrina havia sido avalizada também por alguns “líderes” negros.

14. Pregando a “união anti-fascista” com o presidente Roosevelt

na Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista stalinizado se opôs raivosamente tanto às greves como aos protestos contra a segregação racial. A Lei Smith contra a “subversão” foi usada para encarcerar 18 trotskistas, entre eles Cannon e dirigentes do sindicato dos caminhoneiros de Minneapolis, devido a sua oposição revolucionária à Segunda Guerra Mundial imperialista. Logo, sob o macartismo, a mesma lei foi usada para encarcerar muitos dirigentes do Partido Comunista.



Tendência Revolucionária / Liga Espartaquista Por um trotskismo negro

Por James Robertson e Shirley Stoute. Este artigo foi originalmente publicado como um documento interno da Tendência Revolucionária (TR) do Partido dos Trabalhadores Socialistas norte-americano (SWP) em 3 julho de 1963. Ele se insere no debate teórico sobre qual é a estratégia correta para o movimento negro norte-americano, combatendo as vertentes nacionalistas e também o giro oportunista que era então realizado pelo SWP para adaptar-se às lideranças reformistas do movimento pelos Direitos Civis. O documento coloca a necessidade de o partido lutar pela liderança revolucionária dos trabalhadores negros e promover a sua luta por igualdade numa perspectiva integracionista revolucionária da classe trabalhadora.

Contra o rascunho “Liberdade Já!” do Comitê Político!

Em defesa dos fundamentos programáticos!

Pela construção de uma coluna de quadros trotskistas negros!

“Se acontecer de nós no SWP não encontrarmos o caminho para os negros, então nós seremos um desperdício completo. A revolução permanente e todo o resto seriam somente uma mentira.”

Por L. D. Trotsky, citado na Resolução de 1948-50 do SWP sobre a questão negra

I. Introdução Geral

A questão negra foi posta diante do partido para consideração excepcional e com agudeza crescente conforme se alargou o vão nos últimos dez anos entre o nível crescente de luta negra e o nível contínuo qualitativamente menos intenso de atividade sindical em geral.

1. Teoria Básica: Questão Nacional ou de Raça/Cor? Breitman vs. Kirk, 1954-57

[A referência diz respeito à discussão interna no SWP entre George Breitman e Richard Fraser, cujo pseudônimo era Kirk]

No nosso entendimento, o que estava em questão na época era um sombreamento de diferença teórica. Breitman via o povo negro como o embrião de uma nação em relação a qual o direito de autodeterminação era reconhecido, mas ainda não reivindicado por ora. Kirk interpretou a questão negra como uma questão *racial*

que, sob condições de catástrofe histórica (por exemplo, a vitória do fascismo) poderia se transformar numa questão nacional. Portanto, ele concordava com o apoio à autodeterminação se ela se tornasse uma exigência na luta dos negros, mas ele assumia que isso só poderia surgir sob condições vastamente alteradas. Ambas as partes concordavam que era inapropriado usar a autodeterminação como um *slogan* do partido naquele momento.

Os presentes autores concordam essencialmente com a visão de Kirk da época, em particular com a apresentação de 1955, “Pela Concepção Materialista da Questão Negra” (Boletim de discussão do SWP, 30 de agosto de 1955). Nós concordamos ao notar a *ausência* entre a população negra daquelas qualidades que poderiam criar uma economia política separada, ainda que embrionária ou atrofiada. Essa ausência explica porque o impulso de massa pela liberdade do negro por mais de cem anos tem sido na direção de esmagar as barreiras para uma integração igualitária e plena. Mas integração em que tipo de estrutura social? Obviamente apenas em uma que possa sustentar essa integração. Essa é a contribuição recíproca poderosa da luta dos negros para a luta de classes em geral.

É o mais vulgar *impressionismo* ver no atual sentimento de setores da população negra de isolacionismo desesperado, que coloca acima do possível ganhar pontos reais de apoio de outros setores da sociedade, como um tipo de processo que transformaria as formas de segregação opressiva em uma barreira protetora, atrás da qual ocorreria a gestação de uma nova nação. Nacionalismo Negro, como ideologia e origem, é um tanto próximo ao sionismo como ele era da virada do século até a segunda guerra mundial. Os enormes guetos negros das cidades do norte são as áreas férteis para essa ideologia entre uma camada de elementos pequeno-burgueses e sem condição de classe que imagina,

vicariamente, que áreas residenciais segregadas podem ser o germe para um novo Estado no qual eles vão explorar (“dar emprego para”) os trabalhadores negros. Portanto, ocorre que esses sentimentos separatistas ou tendências entre os negros têm uma fundação e significado muito diferente de uma luta nacional.

Quanto à questão específica da autodeterminação, nós acreditamos que a resolução de 1957 do partido fez uma formulação boa e equilibrada:

“Teoricamente, o profundo crescimento de solidariedade e consciência nacional entre a população negra pode, sob certas condições futuras, dar nascimento a demandas separatistas. Já que populações de minoria têm o direito democrático à autodeterminação, os socialistas seriam obrigados a apoiar tais demandas uma vez que elas refletissem a vontade das massas. No entanto, mesmo sob tais circunstâncias, os socialistas ainda continuariam reivindicando a integração ao invés da separação como a melhor solução da questão racial tanto para os trabalhadores negros como para os brancos. Enquanto defendendo o direito à autodeterminação, eles iriam continuar a chamar por uma aliança da população negra e da classe trabalhadora para gerir uma solução socialista para o problema dos direitos civis dentro do parâmetro nacional existente”.

2. Da Fraqueza Teórica ao Atual Revisionismo

Entretanto, é de importância imediata apontar que essa disputa de fundo está longe da questão central em nossa crítica da Resolução de 1963 do Comitê Político, “Liberdade Já: o Novo Estágio na Luta pela Emancipação dos Negros e as Tarefas do SWP”. Assim, a resolução partidária de 1948-50, intitulada “Libertação do Negro Através do Socialismo Revolucionário”, apesar de conter a perspectiva teórica defendida por Breitman, é um documento solidamente revolucionário em sua intenção e objetivo. O que aconteceu nesse intervalo é simplesmente que a presente maioria do partido transformou a fraqueza teórica prévia no ponto de partida para uma profunda degradação atingida agora no documento de 1963 sobre o papel da classe trabalhadora nos Estados Unidos e também do seu partido marxista revolucionário. Com evidente perda de confiança de uma perspectiva revolucionária por seus autores, a revisão essencial no texto de 1963, não importa quão sofisticada, é a *substituição* do eixo da luta para oprimido versus opressor no lugar de classe versus classe.

3. O Revisionismo de 1963

A essência do que é “novo” se encontra nas seguintes porções do rascunho de 1963 do Comitê Político:

“Mas aqui, como na África, a libertação do povo negro exige que os negros se organizem a si próprios de forma independente, e controlem sua própria luta, e não permitam que ela seja subordinada a nenhuma outra consideração ou interesse”.

“Isso significa que os negros devem atingir a máxima unidade de suas forças – em um movimento de amplitude nacional forte e disciplinado ou congresso de organizações, e unidade ideológica baseada em dividir, expor e isolar o gradualismo e outras tendências que emanam de seus supressores brancos. Essa fase do processo está agora começando.”

“Tendo unido as suas próprias forças, o movimento negro independente irá então provavelmente tomar as tarefas de divisão e aliança. Ele irá buscar formas de rachar a maioria branca de forma que a desvantagem negra de ser uma minoria numérica possa ser compensada por uma divisão e conflito do outro lado” [ênfase adicionada].

E em:

“A aliança geral entre o movimento operário e os lutadores negros pela libertação pode ser preparada e precedida pela cimentação de uma firme unidade de trabalho entre a vanguarda da luta negra e a vanguarda socialista da classe trabalhadora, representada pelo Partido dos Trabalhadores Socialistas”.

O menor dos pecados nesse esquema do futuro para a luta dos negros é a completa capitulação ao nacionalismo negro. (Para ver isso vivamente, basta reler as citações acima substituindo, por exemplo, “negro” por “argelino” e “branco” por “francês”). Isso é tão sério que o texto não faz nenhum esforço para competir com a compreensível reação dos nacionalistas negros contra a ladainha liberal-pacifista. Certamente é dever dos marxistas lutar para separar elementos militantes de uma ideologia regressiva. [Mas] dizer que a luta dos negros não deve estar subordinada a nenhuma outra consideração é *negar* o internacionalismo proletário. *Toda luta*, sem exceção, adquire significado progressivo somente porque ela aproxima direta ou indiretamente a revolução socialista internacionalmente. Qualquer luta que não a luta de classe dos trabalhadores tem por si própria, no máximo, valor indireto. Lenin e os bolcheviques russos foram obrigados a travar uma disputa ideológica em duas frentes para livrar a vanguarda revolucionária de concepções erradas a esse respeito – contra os social-nacionalistas pequeno-burgueses, que viam a luta nacional como tendo um significado histórico progressivo em seus próprios limites;

e contra a visão sectária de Rosa Luxemburgo e do partido dos trabalhadores da Polônia que, da premissa correta de que o Estado-nação havia se tornado reacionário no mundo moderno, desenvolveu a conclusão errada e excessivamente simplificada – “contra a autodeterminação (para a Polônia)”. Lenin apontou que um envolvimento independente da classe trabalhadora na luta pela autodeterminação avançava de várias formas importantes a luta de classes e, portanto, adquiria justificação. Similarmente, Trotsky apontou que a defesa da União Soviética era subordinada e parte da revolução proletária internacionalmente e que, diante de um confronto de interesses, os interesses menores da parte (e uma parte degenerada já então) iriam ficar em segundo lugar para os revolucionários.

É digno de nota que a luta dos negros nos Estados Unidos é mais diretamente relacionada com a luta de classes do que qualquer questão essencialmente nacional poderia ser – já que a luta dos negros por liberdade é uma luta de uma casta de cor da classe trabalhadora que é a camada mais explorada nesse país. Portanto, *qualquer* passo adiante *nessa* luta imediatamente põe a questão de classe e a necessidade da luta de classes na sua forma mais aguda.

A consequência mais grave do texto proposto pela maioria é o seu corolário necessário de que a maioria consideraria o partido revolucionário dos trabalhadores excluído de mais uma arena de luta. Nos seus documentos sobre a questão cubana de 1961, a maioria deixou claro que, para ela, na revolução cubana, e por implicação na revolução colonial também, o partido revolucionário da classe trabalhadora é, antes da revolução, uma conveniência dispensável. Essa visão agora foi explicitamente generalizada e confirmada pela maioria na seção 13 do seu “Pela Mais Breve Reunificação do Movimento Trotskista”:

“13. Ao longo da estrada de uma revolução começando com simples demandas democráticas e terminando na ruptura das relações de propriedade capitalistas, a luta de guerrilhas conduzida por camponeses sem-terra e forças semiproletárias, sob uma liderança que se torna comprometida a levar adiante a revolução até uma conclusão, pode desempenhar um papel decisivo em minar e precipitar a queda do poder colonial ou semicolonial. Essa é uma das principais lições a serem tiradas da experiência desde a Segunda Guerra Mundial. Ela deve ser conscientemente incorporada à estratégia de construir partidos marxistas revolucionários nos países coloniais.”

Pela sua extensão dessa linha para incluir a questão negra nos Estados Unidos, a maioria do SWP cometeu a mais séria negação aberta já feita de uma perspectiva revolucionária. O que ela fez foi excluir a si própria *a priori* de lutar pela liderança de uma seção crucial da classe trabalhadora norte-americana, e no lugar disso

restringe essa luta a uma hipotética organização paralela da população negra unida, que iria “provavelmente”, um dia, trabalhar com a liderança socialista da classe trabalhadora nos Estados Unidos. Em essência, as conclusões erradas desenvolvidas pela maioria desde a revolução cubana serão agora incorporadas na perspectiva norte-americana do partido na forma de “esperar por um Castro negro”. Assim, a suprema responsabilidade do partido, a revolução norte-americana, está sendo corrompida!

II. Para a revolução socialista – e as amplas massas

1. Método do objetivismo versus aproximação analítica

Ao pesquisar desenvolvimentos atuais, os artigos descritivos e relatórios de Breitman foram valiosos (por exemplo, o seu “Novas Tendências e Novos Sentimentos na Luta dos Negros”, Boletim de Discussão do SWP, Verão de 1961). Entretanto, o material é falho e limitado por sua forma e apresentação em razão de uma análise que é “objetiva”, “sociológica” e “descritiva”. Isto está em contraste com a aproximação *analítica* que é indicada aos marxistas. Sublinhar essa diferença no método de tratamento é a mais clara distinção entre ver o desenvolvimento como um observador externo – que ganha agora codificação formal no texto da resolução do Comitê Político – ao invés de conceber os desenvolvimentos do ponto de vista do envolvimento na sua solução fundamental. Isso porque para a luta dos negros, essa solução envolve integralmente o partido marxista revolucionário, que está faltando na análise de Breitman dos eventos atuais.

2. Nosso ponto de partida – a revolução socialista

Nosso ponto de partida é, por sua vez, a conclusão de que a questão negra está tão profundamente enraizada na estrutura social capitalista norte-americana – regionalmente e nacionalmente – que apenas a *destruição* das relações de classe existentes e a mudança na dominação de classe – a passagem de poder para as mãos da classe trabalhadora – será suficiente para atacar o coração do racismo e trazer uma solução ao mesmo tempo real e durável. Nossa compreensão das presentes lutas não pode ser “objetiva”. Ao invés disso, ela deve se basear em nada mais do que no critério sobre o que aproxima ou afasta a *revolução socialista*.

Portanto, nós podemos encontrar um ponto de partida bastante suficiente em uma declaração chave da resolução de 1948-50:

“A necessidade primária e final do movimento negro é a sua unificação com as forças revolucionárias sob a liderança do proletariado. A força guia dessa unificação só pode ser o partido revolucionário.”

3. Organizações Negras de Massa e o Partido Revolucionário

Seria extremamente tolo e presunçoso buscar qualquer esquema fechado que detalhasse o caminho a ser percorrido das lutas de hoje até os nossos objetivos finais. Mas há certas qualidades e elementos que, como em todas as lutas sociais, vão se manifestar ao longo do caminho.

Uma dessas questões é a da aproximação básica com as organizações dos trabalhadores negros e da juventude negra. A regra geral é que na sociedade norte-americana, em que largas seções da população trabalhadora estão saturadas com preconceitos de raça e intolerância sobre as necessidades particulares de outros setores ou extratos, organizações específicas são obrigatórias para vários setores. Essa consideração encontra a sua expressão mais aguda na luta dos negros. Hoje, no despertar do levante das lutas pelos direitos civis, existe a sensação e a necessidade real urgente de organizações amplas de massa da luta dos negros, livres de limitações, fraquezas, hesitações, e às vezes da traição explícita que aflige às maiores competidoras atualmente existentes. Essa necessidade estará conosco por um longo tempo. Participação no trabalho de construção de tal movimento é uma grande responsabilidade para o partido revolucionário. Muito provavelmente, ao longo do caminho, uma combinação complexa e instável de trabalho nos grupos já existentes e a construção de novas organizações estarão envolvidas. Mas enquanto soubermos o que nós temos por objetivo, poderemos nos orientar em meio às complexidades e vicissitudes do processo.

No fundo, o que os marxistas devem reivindicar, e buscar realizar, é uma organização *transitória* da luta dos negros que se coloque como uma conexão entre o partido e as amplas massas. O que está envolvido em trabalhar de um ponto de vista revolucionário é não buscar nem um *substituto* nem um *oponente* para o partido de vanguarda, mas ao invés disso uma formação unificada formada apenas, ou dominada amplamente, pelos membros negros do partido junto com o maior número de outros militantes que desejem lutar por aquela seção do programa marxista revolucionário lidando com a questão negra. Tal movimento expressa simultaneamente as necessidades especiais da luta dos negros e a sua relação com as lutas amplas – em última instância pelo poder dos trabalhadores.

Essa aproximação com a questão da opressão específica dos negros decorre das táticas da Internacional Comunista de Lenin e Trotsky. Foi lá que todo o conceito foi trabalhado para relacionar o partido com as organizações de massas de extratos específicos sob condições onde a necessidade havia ficado evidente e havia se tornado importante que os movimentos contribuíssem para a luta de classes proletária e que os seus melhores elementos fossem ganhos para o próprio partido. As organizações militantes de mulheres, ligas revolucionárias da juventude, e associações de sindicalistas radicais são outros exemplos desse formato.

Entre parêntesis, deve-se notar o quão pouco há em

comum entre este aspecto e aquele do rascunho de 1963 do Comitê Político. Assim, mesmo no caso *hipotético* de que fosse criada de alguma forma uma base social e material suficiente para gerar uma consciência nacional negra de massa, a resposta bolchevique *não* é simplesmente se afastar e falar sobre facilitar um trabalho comum eventual entre “eles” daquela nacionalidade e “nós” da vanguarda socialista (branca) da classe trabalhadora (branca). Mesmo se um novo Estado – uma república negra separada – fosse criado, os nossos camaradas negros, mesmo nessa reviravolta dificilmente concebível, não se tornariam nada além de uma nova seção de um partido internacional politicamente comum – a Quarta Internacional. E a luta deles pelo socialismo iria continuar a ser também a nossa causa.

4. Rumo a uma coluna de quadros trotskistas negros

Para retornar à realidade da luta dos negros tal como ela é e ao SWP como ele é, há um elemento vital sem o qual o programa básico de trabalho permanece um simples pedaço de papel no que diz respeito a um envolvimento real na luta. Esse elemento é a existência, ainda que modesta, de uma seção de membros negros no partido, que funcionem ativamente e politicamente no movimento pela liberdade dos negros.

Visto deste aspecto, o recente rascunho do Comitê Político é de uma vez só a racionalização e a acomodação à fraqueza das forças negras do nosso partido e mais ainda, vai exacerbar essa fraqueza. O abstencionismo organizativo é escancarado na implicação direta do rascunho de que ele não está realmente preocupado com o SWP porque o movimento negro pode seguir muito bem sem o partido revolucionário da classe trabalhadora e, um dia, a vanguarda negra pode, de uma forma ou de outra, vir na nossa direção. O parágrafo chave do rascunho do Comitê Político citado nesse artigo resume a aura que permeia toda a resolução, coloca o papel do partido como um de relação fraternal entre duas estruturas paralelas: a classe trabalhadora (branca) e a sua vanguarda de um lado, e a população negra e a sua vanguarda do outro. Essa concepção nega a necessidade fundamental de que o partido deva liderar, ou mesmo tentar liderar, a seção decisiva da classe trabalhadora nos Estados Unidos. A resolução dá crédito ao conceito de que “nós não podemos liderar a população negra”. Isso é absolutamente contrário a uma perspectiva revolucionária. *A nossa liderança* significa que o programa da luta de classes revolucionária está sendo levado adiante por revolucionários no movimento de massas, unidos no partido revolucionário. Assim como sindicalistas não vão se unir ao partido revolucionário se eles não virem este como essencial para vencer as lutas, também os lutadores negros que lutam pela libertação não vão entrar no partido em qualquer instância que não seja a de reconhecer que o único caminho para a sua liberdade é o caminho socialista revolucionário de luta através de uma vanguarda de combate. Os militantes negros não verão

nenhuma vantagem de se juntar a um partido que diz, de fato: “Nós não podemos liderar a população negra. Nós somos a vanguarda socialista da classe trabalhadora branca, e nós achamos que é bom ter relações fraternas com a vanguarda *de vocês* (aquela do movimento pela liberação)”.

Da mesma forma, uma vez que nós tenhamos recrutado militantes negros para o partido, a linha expressa pelo rascunho do Comitê Político não serve para ajudá-los a desenvolverem-se como quadros trotskistas e a recrutar outros trabalhadores negros na base do nosso programa, mas ao invés disso, serve para desperdiçá-los e liderá-los incorretamente. Quando o partido nega o seu papel de liderança das massas negras, então porque razão nós precisamos de uma coluna de quadros trotskistas negros? A lógica dessa posição significa que não existe espaço para um negro como membro do partido que preste um papel diferente daquele que ele poderia desempenhar sem entrar no partido; ou, como no caso da posição tomada sobre o trabalho no Sul, ser membro do partido iria, na verdade, *isolá-lo* de importantes áreas de trabalho porque “o partido não é necessário lá”.

Alguns camaradas, em resposta às críticas feitas aqui, irão dizer que o partido não está desistindo de uma perspectiva revolucionária, mas que está apenas sendo realista e encarando o fato de que a maioria dos nossos membros é branca, e de que nós temos apenas uma pequena e frágil coluna de quadros negros. Nós devemos buscar nos tornar, *na realidade*, o que nós somos *em teoria*, ao invés de o contrário – ou seja, não devemos adaptar o nosso programa a uma séria fraqueza de composição. Se nós tomarmos esse caminho de adaptação, o programa do partido, em um processo de degeneração grosseira, passará a se basear em uma seção privilegiada da classe trabalhadora.

Negros que são ativistas no movimento, como por exemplo, os militantes de tempo integral que fazem trabalho na SNCC [1], estão formulando diariamente conceitos de luta para o movimento. O significado da linha do rascunho do Comitê Político é de que nós não estamos interessados em recrutar essas pessoas para o nosso partido branco porque nós só temos o programa socialista revolucionário para a seção da classe trabalhadora da qual nós somos a vanguarda, e *eles* (os militantes negros) devem liderar a *sua* própria luta, apesar de que nós gostaríamos de ter relações fraternais com eles. Esse é o significado do rascunho do Comitê Político.

Ao conceito de partido branco, deve ser contraposto o conceito de partido revolucionário. Já que se nós formos apenas o primeiro, então os trabalhadores negros não têm lugar no SWP. Há três elementos principais que nós recrutamos para o partido: trabalhadores de minorias, trabalhadores brancos e intelectuais. No processo de trabalho que traga os elementos de minoria para o partido, há considerações especiais que devem fazer referência às suspeitas das populações de minoria (“precaução com os brancos”) no que diz respeito ao pessoal, etc. Entretanto, uma vez que estejamos *dentro* do partido, somos todos

revolucionários. Todos esses elementos estão fundidos na luta para atingir o programa revolucionário entre os militantes que, como um todo, constroem o partido revolucionário. Assim, a “precaução com os brancos” das organizações negras está errada dentro do partido. Uma política interna de “precaução com os brancos” equivale ao paternalismo, à patronagem [2], à criação de uma camada de “negros do partido”, etc. e não tem espaço em um partido bolchevique.

A declaração de Trotsky, citada no início desse artigo, de que se o SWP não puder encontrar o caminho para os negros então ele será um desperdício completo, encontra o seu paralelo na escolha que agora está diante de nós. Ou a perspectiva revolucionária nos Estados Unidos se tornará desafinada e sem vida, ou então ela ganhará expressão como um objetivo vivo dos pivôs do partido, num contexto de relativa passividade da classe trabalhadora, e de luta negra ativa, rumo ao desenvolvimento de uma coluna de quadros trotskistas negros.

O principal objetivo desse artigo é mostrar que essa deficiência nas forças não é culpa das condições objetivas – isolamento e coisas do gênero – mas está enraizada em um complexo de falhas políticas e organizativas relacionadas, decorrentes de uma perda de confiança e da orientação rumo à revolução proletária pela maioria do SWP.

[Em razão das pressões de outros trabalhos sobre os autores, as últimas duas seções deste artigo não foram completadas a tempo de alcançar o prazo final da edição do boletim, mesmo na forma rascunhada das primeiras seções. As seções esperadas para a inclusão eram:

III. O Partido

- (1) Aspectos externos e intra-partidários de ganhar e construir uma coluna de quadros negros.
- (2) Contra a concepção de que “o nosso partido é um partido branco” e contra a patronagem.
- (3) Diferença qualitativa de uma aproximação necessária dentro e fora do partido.
- (4) Prioridades do trabalho negro – definindo as camadas recrutáveis pelo partido

IV. Trabalho de Massas Hoje

- (1) Falhas comuns e essenciais na agitação baseada em “Tropas federais para o Sul” ou “Kennedy – Arme e torne deputados os negros de Birmingham!”
- (2) Contra audiências para que sindicatos percam seus certificados como uma forma de combater as Leis Jim Crow; por piquetes de massa para romper a exclusão racial nos sindicatos.

(3) Objetivos específicos e balanço do nosso trabalho – Norte e Sul

(4) Apreciação das organizações existente, incluindo a SNCC, os Muçulmanos Negros, etc.

Ao invés dessas seções desenvolvidas, nós estamos concluindo com algumas poucas notas fragmentárias. É nossa esperança que a próxima Convenção do partido aja para continuar, após a sua realização, uma discussão literária sobre as rápidas mudanças da questão negra. Para uma breve declaração das nossas visões sobre o trabalho de massas, atenção deve ser dirigida à emenda da Tendência Minoritária ao rascunho do Comitê Político sobre a questão norte-americana (no Boletim de Discussão volume 24, número 23, junho de 1963)].

1. Os Muçulmanos Negros são, com muitas contradições, primariamente uma organização religiosa. A sua atividade política é primariamente limitada à esfera da propaganda. Eles não têm um programa para a luta que vá de encontro às demandas das massas negras na comunidade de hoje, apesar de que a sua promessa de candidatos políticos iria representar uma certa mudança. Nós os tomamos como exceção à declaração do camarada Kirk de que “a fundação do movimento muçulmano é basicamente o reflexo do lumpemproletariado contra o gradualismo, a traição dos intelectuais e a falta de um movimento sindical”. O movimento muçulmano tem um programa pequeno-burguês – empresários negros, economia negra. Separação nessa base, com esse objetivo, é a sua resposta para a opressão. A sua organização interna é estruturada burocraticamente, com uma pesada drenagem financeira dos membros de base para o enriquecimento do “Mensageiro”. Por outro lado, enquanto eles chamam por todos os níveis da sociedade negra, empresários, trabalhadores, até mesmo socialistas e comunistas enquanto negros, na realidade o apelo é atrativo principalmente para a classe trabalhadora e especialmente para as camadas lumpens, mas eles não são lumpens quando se unem ao movimento. Uma tendência da liderança representada por Malcom X condena a sociedade *capitalista* norte-americana e mostra-se a favor de Cuba e da China Vermelha em oposição a Chiang Kai-shek. Uma outra tendência reivindica que assuntos internacionais não lhes interessam e que os problemas dos negros nos Estados Unidos não têm relação com a revolução cubana, etc. É realista esperar que nós possamos ser capazes de ganhar alguns dos seus membros de base e da sua periferia para o programa revolucionário, mas em razão da natureza religiosa, não-orientada para a ação, exigente e burocrática da organização, isso pode ser feito da melhor forma através de discussão e ação comum onde possível, ao invés de estar por dentro dela.

2. R. Vernon como promotor em “A esquerda radical branca em julgamento”

Em seu artigo, o camarada Vernon declara: “O

absurdo de uma edição do *The Militant* [jornal do SWP] falar de sindicatos e de unidade entre negros e brancos, ao mesmo tempo em que parece que a própria voz das profundezas do gueto negro é encarada sem entusiasmo”. Isso é uma indicação gritante de que o camarada Vernon não está criticando do ponto de vista revolucionário e não vê a luta pelo socialismo – a luta de classes – como tendo qualquer conexão essencial com a luta dos negros por igualdade. Os escritos atuais de Vernon, “Por que os radicais brancos são incapazes de entender o nacionalismo negro” e “A esquerda radical branca em julgamento” são baseados na premissa, ou na tentativa de provar, que o marxismo e o socialismo revolucionário não têm lugar na luta da seção mais explorada da classe trabalhadora norte-americana, nem tão pouco na revolução colonial. Para Vernon, a construção de um partido revolucionário que busque o caminho da revolução norte-americana é, no mínimo, irrelevante e a solidariedade internacional da classe trabalhadora, insignificante. Para resumir, há pouco nos artigos do camarada Vernon que seja comum ao marxismo. Além do mais, as suas visões estão saturadas com o espírito da justificativa traiçoeira de que “o nosso partido é um partido socialista revolucionário branco” – uma lógica liquidacionista.

Para que nenhum camarada pense que nós estamos sendo demasiadamente duros ao criticar Vernon de ter se rendido teoricamente ao nacionalismo negro e rejeitado o marxismo (com ou sem aspas), deixemos que ponderem sobre a observação de que “O problema do nacionalismo revolucionário nunca foi tratado adequadamente em qualquer movimento marxista ou ‘marxista’ em qualquer lugar. Lenin apenas arranhou a superfície (...)”. De toda a penetrante teoria historicamente verificada da Revolução Permanente, Vernon não diz uma palavra! No entanto, acima de tudo, a teoria de Trotsky lida com “o problema do nacionalismo revolucionário” e lança para ele uma solução.

Além do mais, mesmo que Lenin “tivesse apenas arranhado a superfície”, nossa sorte teria finalmente mudado. Vernon nos informa que o SWP agora provou que vale a pena: “Ele é o único grupo cuja vida interna pode, e pôde, produzir o documento ‘Por que os radicais brancos são incapazes de entender o nacionalismo negro’ (...)”. Aparentemente, Vernon, o autor do documento em questão, capitulou ao seu próprio ego ainda mais claramente do que ao nacionalismo!

Nós estamos felizes em aceitar a opinião do camarada Vernon de que a nossa tendência é a mais distante das visões dele dentre todas no partido.

Notas da tradução

[1] SNCC, Comitê de Coordenação Estudantil Não-violento, foi uma das principais organizações no movimento pelos Direitos Cíveis norte-americano nos anos 60. Ela surgiu de uma série de reuniões estudantis em uma universidade na Carolina do Norte em abril de 1960.

[2] Este termo, que se encontra fora de uso, indica no contexto do documento uma relação de hierarquização entre

negros e brancos dentro de uma organização política.



III Conferência do Comitê Internacional

Declaração Espartaquista à Conferência Internacional

O que se segue é um trecho dos apontamentos feitos durante a discussão do Relatório político de Cliff Slaughter na Conferência do Comitê Internacional pelo camarada James Robertson em 6 de abril de 1966, em nome da delegação da Liga Espartaquista (com pequenas correções editoriais). Originalmente publicado em Spartacist número 6, junho/julho de 1966. A versão para o português foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário em 2011 e pode ser encontrada na íntegra em nosso site. A Liga Espartaquista foi a organização que surgiu a partir da expulsão da Tendência Revolucionária do SWP e que se constituiu enquanto um importante grupo revolucionário, até que foi destruído por um profundo processo degenerativo.

4. Construindo a seção nos Estados Unidos

O aspecto principal da nossa tarefa que pode ser obscuro para camaradas estrangeiros é a imediatamente, criticamente e unicamente importante questão negra. Sem uma aproximação correta para os jovens militantes e trabalhadores negros nós seremos incapazes de traduzir para condições americanas o enraizamento de nossa seção entre as massas.

Nós temos lutado duramente para adquirir um conhecimento teórico no curso de nossa luta no SWP contra esquemas de nacionalismo negro que desintegram uma perspectiva revolucionária – fizemos isso defendendo a posição de que os negros nos Estados Unidos são uma casta de cor oprimida concentrada principalmente na classe operária como uma camada super-explorada. E nós temos adquirido uma considerável experiência, visto o nosso pequeno tamanho e apesar de uma composição que ainda é apenas 10 por cento de negros. Nós temos um núcleo no Harlem, Nova Iorque. Nós intervimos de inúmeras formas nas explosões de fúria dos guetos negros nos verões de 1964 e 65, adquirindo uma valiosa experiência.

[O restante dos apontamentos não foram escritos antes da apresentação; eles estão transcritos como reconstruído a partir das notas rascunhadas. A questão de propaganda e agitação não foi feita significativamente no relatório, mas está no rascunho Espartaquista sobre as tarefas concretas que foi discutido na noite antes de o relatório oral ter sido feito, portanto a porção relevante desse rascunho também está citada abaixo.]

Nossa resolução rascunhada diante de vocês declara a respeito do nosso trabalho no Sul que: “Talvez nosso mais importante sucesso até agora tenha sido a construção de inúmeros comitês organizativos da SL no extremo Sul, incluindo Nova Orleans. Esse é um passo suficientemente modesto em termos absolutos e não nos dá mais do que um ponto de partida para um trabalho sistemático. O que é impressionante é que nenhuma outra organização reivindicando ser revolucionária tem qualquer base que seja no extremo Sul atualmente.”

Negro e Branco

A questão racial nos Estados Unidos é diferente do caso da Inglaterra. De fato, ela está no meio do caminho entre a situação na Inglaterra e aquela na África do Sul. Assim, cerca de 2 por cento da população britânica é de cor; na África do Sul mais de dois terços das pessoas são negras. Nos Estados Unidos, cerca de 20 por cento da população é negra ou de fala hispânica, contando com que estejam incluídos na classe operária, dada a esmagadora concentração de brancos nas classes superiores, eles compreendem algo em torno de 25 ou 30 por cento. O que isso significa é que na Inglaterra a intensidade de exploração se distribui de maneira desigual, porém de maneira mais suave através de uma classe operária essencialmente homogênea. No outro extremo, na África do Sul, os trabalhadores brancos com rendas dez vezes maiores que os dos negros, vivem em grande parte do trabalho dos negros, impondo assim uma barreira quase insuperável para ações de classe comuns (vejam-se as relações dos trabalhadores muçulmanos e europeus na Argélia). Nos Estados Unidos, o fardo qualitativamente mais pesado dentro da classe é suportado pelos trabalhadores negros. Em tempos de calma, eles tendem a estar divididos dos trabalhadores brancos como nos níveis baixos de lutas de classe que prevalecem hoje. Portanto, a juventude negra nos Estados Unidos é a única equivalente hoje ao tipo de juventude militante branca de base operária encontrada nos Jovens Socialistas britânicos.

Unindo a Classe

Entretanto, nós estamos perfeitamente cientes que em certo ponto da luta de classes os principais destacamentos de trabalhadores, como tais, ou seja, negros e brancos em organizações de classe comuns como os sindicatos, se tornam fortemente envolvidos. Toda greve mostra isso. Em preparação para as massivas lutas de classe à frente nós começamos a construir frações em certas seções-chaves acessíveis da classe operária. Mas hoje, ganhar jovens militantes negros é um atalho para ganhar quadros proletários também; virtualmente todos estes militantes são parte da classe operária.

Finalmente, nós sabemos que sob as condições específicas dos Estados Unidos, construir um partido genuinamente

revolucionário irá exigir uma composição em suas fileiras e liderança de uma grande proporção, talvez uma maioria, dos mais explorados e oprimidos, os trabalhadores negros.

Um Grupo de Propaganda Combativo

As teses rascunhadas do grupo Espartaquista declaram: “O objetivo tático da SL no próximo período será construir um grupo de propaganda suficientemente grande capaz de

intervenção agitativa em todas as lutas sociais nos EUA como um passo necessário na construção de um partido revolucionário. Para tal intervenção, nós buscamos um aumento pelo menos dez vezes maior das nossas forças. Da nossa pequena força de aproximadamente 100, nós nos movemos em direção ao nosso objetivo em três linhas paralelas de atividades: rachas e fusões com outros grupos, envolvimento direto na luta de classes, e o fortalecimento e educação política de nossa organização”.



Tendência Bolchevique Internacional Pelo Trotskismo!

O que segue é um trecho de um documento traduzido da revista 1917, nº 3 (Março de 1987). Ele foi adotado originalmente como a base para a fusão, em 1986, entre a Tendência Bolchevique e a Tendência de Esquerda Trotskista, na América do Norte, originando a Tendência Bolchevique Revolucionária (TBI) e permanece como uma importante codificação das diferenças essenciais entre o centrismo e a política revolucionária, ainda que a organização que o produziu tenha passado por um processo de degeneração que destruiu suas capacidades revolucionárias de então. O documento pode ser encontrado na íntegra em nosso site.

4. Opressões específicas: A Questão Negra, a Questão da Mulher

A classe trabalhadora hoje é profundamente dividida em torno de linhas raciais, sexuais, nacionais etc. Mas o racismo, o chauvinismo e o machismo são comportamentos programados social, e não geneticamente. Não importa qual seja o seu nível de consciência atual, os trabalhadores do mundo têm uma coisa crucial em comum: eles não podem melhorar, fundamentalmente, a sua situação como classe, sem destruírem a base social de toda a opressão e exploração, de uma vez por todas. Esta é a base material para a afirmação marxista de que o proletariado tem como sua missão histórica a eliminação da sociedade de classes e a erradicação de todas as formas de opressão “específicas”.

Nos Estados Unidos, a luta pelo poder dos trabalhadores está inextricavelmente ligada à luta pela libertação negra. A divisão racial entre trabalhadores negros e brancos, historicamente, foi o maior obstáculo para a consciência de classe. Os americanos negros não são uma nação, e sim uma casta de cor, segregada nos setores mais inferiores da sociedade, e se concentram, sobretudo, na classe operária, particularmente nos setores estratégicos do proletariado industrial. Brutalizada, sofrendo abusos e sendo sistematicamente discriminada na “terra da liberdade”, a população negra tem sido, historicamente, relativamente imune ao patriotismo racista imperial, que envenenou muito do proletariado branco. Os trabalhadores negros provaram ser, em geral, o setor mais militante e combativo da classe. A luta pela libertação negra - contra a brutalidade racista da vida cotidiana na América capitalista—é central para a construção de uma vanguarda revolucionária no continente norte-americano. A luta contra as opressões especiais das minorias nacionais, lingüísticas

e raciais, particularmente da crescente população latina, é uma questão que também será chave na revolução norte-americana.

A opressão das mulheres é enraizada materialmente na existência da família nuclear, a unidade básica e indispensável da organização social burguesa. A luta pela igualdade social completa para as mulheres é de importância estratégica em todos os países do globo. Uma forma de opressão especial relacionada é a que é experimentada pelos homossexuais, que são perseguidos por não conseguirem se adaptar aos papéis sexuais ditados pelo “estado normal” da família nuclear. A questão gay não é estratégica como a da mulher, mas a vanguarda comunista deve defender os direitos democráticos do(a)s homossexuais e opor-se a todas e quaisquer medidas discriminatórias contra ele(a)s.

Nos sindicatos, os comunistas devem defender o acesso igual a todos os empregos; programas, organizados pelos sindicatos, para recrutar e melhorar a situação das mulheres e minorias em campos “não-tradicionais”, salário igual para trabalho igual e trabalho para todos. Ao mesmo tempo, nós defendemos o sistema de previdência como uma conquista histórica do movimento sindical, e nos opomos a esquemas anti-sindicais e de divisão de “dispensas preferenciais”. É responsabilidade histórica da vanguarda comunista lutar para unir a classe trabalhadora pelos seus interesses comuns de classe, atravessando as divisões artificiais promovidas pela sociedade capitalista. Fazer isto significa avançar os interesses do mais explorados e oprimidos, e lutar constantemente contra toda manifestação de discriminação e injustiça.

Os setores oprimidos da população não podem se libertar sem a revolução proletária, numa estrutura social que originou e perpetua a sua opressão. Como Lênin apontou em O Estado e a Revolução:

“Só o proletariado—em virtude do papel econômico que joga na produção em larga escala—é capaz de ser o líder de todas as massas trabalhadoras que a burguesia explora, oprime e esmaga, freqüentemente não menos que ele, mas que são incapazes de empreender uma luta independente pela sua emancipação”.

Vivemos numa sociedade de classes, e o programa de cada movimento social deve, em última análise, representar os interesses de uma das duas classes com o potencial governar a sociedade: o proletariado ou a burguesia. Nos sindicatos, a ideologia burguesa toma a forma do economicismo estreito; nos movimentos dos oprimidos, manifesta-se como setorialismo. O que o nacionalismo negro, o feminismo e outras formas de ideologia setorialista têm em comum é que localizam a raiz da opressão em algo que não é o sistema capitalista e

a propriedade privada.

A orientação estratégica da vanguarda marxista em relação às organizações setorialistas “independentes” (ou seja, policlassistas) dos oprimidos deve ser a de ajudar na sua diferenciação interna em torno de seus componentes de classe. Isto implica uma luta para ganhar tantos indivíduos quanto for possível para a perspectiva da revolução proletária e a conseqüente necessidade de um partido de vanguarda integrado.



Não deixe de conferir nossos outros materiais! Disponíveis em PDF em nosso site ou com um de nossos militantes.

**Acesse e confira:
reagrupamento-rr.blogspot.com**